

# **Relatório de Disciplina de Mercado 2019**

Divulgação de informação no âmbito do artigo 431º do Regulamento (UE) nº 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de Junho de 2013.

## ÍNDICE

I - Introdução.....	3
II - Declaração de responsabilidade .....	3
III - Âmbito de aplicação (artigo 436) .....	4
IV - Objetivos e políticas em matéria de gestão de risco (artigo 435) .....	5
V – Fundos próprios (artigo 437) .....	16
VI – Requisitos de fundos próprios (artigo 438) .....	23
VII – Risco de crédito de contraparte (artigo 439).....	26
VIII – Reservas prudenciais de fundos próprios (artigo 440).....	26
IX – Indicadores de importância sistémica global (artigo 441) .....	27
X – Risco de crédito (artigo 442).....	27
XI – Ativos livres de encargos (artigo 443) .....	32
XII – Recurso às ECAI (artigo 444).....	33
XIII – Exposição a risco de mercado (artigo 445) .....	34
XIV – Risco operacional (artigo 446) .....	35
XVI – Exposição ao risco de taxa de juro sobre posições não incluídas na carteira de negociação (artigo 448) .....	37
XVII – Risco associado a posições de titularização (artigo 449) .....	39
XVIII – Política de remuneração (artigo 450) .....	40
XIX – Alavancagem (artigo 451) .....	41
XX – Utilização do método IRB relativamente ao risco de crédito (artigo 452) .....	43
XXI – Utilização de técnicas de redução de risco (artigo 453).....	43

## I - Introdução

O presente relatório pretende apresentar, em complemento ao relatório de gestão de 2019 e numa ótica predominantemente prudencial, informações quantitativas mais detalhadas sobre a solvabilidade e a gestão de risco do Banco Português de Gestão (adiante designado por BPG ou Banco).

Este documento foi preparado de acordo com as exigências regulamentares definidas no Regulamento (EU) nº 575/2013 (*Capital Regulators Directive IV/ Capital Requirements Regulation – CRD IV/ CRR*), de 26 de junho de 2013, tendo o Decreto-Lei nº 157/2014 de 24 de outubro procedido à transposição para a ordem jurídica nacional da Diretiva, que estabelece novos e mais exigentes requisitos de capital para as Instituições de crédito, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014.

## II - Declaração de responsabilidade

No que respeita à informação apresentada no Relatório de Disciplina de Mercado, o Conselho de Administração do Banco Português de Gestão declara que:

- tanto quanto é do seu conhecimento, toda a informação divulgada é verdadeira e fidedigna, tendo sido desenvolvidos todos os procedimentos necessários para assegurar essa qualidade;
- a informação divulgada diz exclusivamente respeito ao Banco Português de Gestão (relato financeiro individual), não tendo sido utilizada informação respeitante a qualquer outra entidade;
- se compromete a divulgar tempestivamente quaisquer alterações significativas que ocorram no decorrer do exercício subsequente àquele a que o presente documento “Relatório de Disciplina de Mercado” se refere, sendo que, até à presente data, não existe qualquer evento relevante que deva ser registado.

Lisboa, 29 de junho de 2020

O Conselho de Administração

---

### III - Âmbito de aplicação (artigo 436)

O Banco Português de Gestão (BPG ou Banco) é uma instituição de crédito de capitais privados, constituída sob a forma de sociedade anónima por escritura pública em 29 de setembro de 2000, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e identificação fiscal 504655361, tendo iniciado a sua atividade em 26 de dezembro do mesmo ano.

A sede do Banco está localizada na Rua Barata Salgueiro, nº 37, 4º andar, em Lisboa, dispondo o Banco ainda, para o desenvolvimento da sua atividade, de um escritório de representação no Porto.

Constituído inicialmente com um capital social de € 18.000.000, no último trimestre de 2001 o Banco procedeu a um aumento de capital para € 35.000.000, diversificando a sua estrutura acionista, com a entrada, entre outros, de diversas entidades que integram o setor da Economia Social, como sejam Cooperativas de Habitação, Organizações Sindicais, Mutualidades, Misericórdias e Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Conforme aprovação na Assembleia Geral, anual, em 30 de março de 2011, nesse ano o capital social foi aumentado pela incorporação do prémio de emissão, que se encontrava registado em outras reservas, elevando-se o capital social do Banco para € 36 651 915.

Em 28 de dezembro de 2015 o Banco procedeu a um novo aumento de capital, através da emissão de 1.736.111 novas ações ordinárias escriturais e nominativas sem valor nominal, passando o capital social do Banco a ser nesta data de € 41.651.915.

Durante o exercício de 2016 o BPG procedeu a dois aumentos de capital:

- O primeiro em 17 de junho, por entradas em dinheiro, através da emissão de 3.827.751 ações ordinárias escriturais e nominativas sem valor nominal, para um montante de € 49.651.914.
- O segundo em 21 de outubro, pela emissão de 1.913.875 novas ações ordinárias escriturais e nominativas sem valor nominal, colocando o capital em € 53.651.913. Este aumento de capital integrou-se numa operação combinada de substituição de capital Tier 2 (reembolso antecipado de parte das obrigações subordinadas) por capital Tier 1 (emissão de novas ações).

Durante o exercício de 2018 o BPG procedeu a dois aumentos de capital:

- O primeiro em 14 de setembro, por entradas em dinheiro, através da emissão de 5.072.463 ações ordinárias escriturais e nominativas sem valor nominal, para um montante de € 60.651.912.
- O segundo em 28 de dezembro, por entradas em dinheiro, através da emissão de 6.910.569 novas ações ordinárias escriturais e nominativas sem valor nominal, colocando o capital em € 69.151.912.

Durante o exercício de 2019 o BPG procedeu a um aumento de capital em 27 de dezembro, por entradas em dinheiro, através da emissão de 8.235.294 acções ordinárias escriturais e nominativas sem valor nominal, para um montante de € 76.151.912.

O Banco foi criado com uma vocação especial para a economia social, numa dupla ótica - por um lado, procurando soluções e oferecendo produtos e serviços financeiros para os agentes que atuam nesta área (IPSS, Misericórdias, Institutos, Autarquias, Fundações, Cooperativas, etc.) e, por outro lado, intervindo nos setores emergentes (v.g. nos setores da saúde, turismo, novas tecnologias e energias renováveis) em termos de estruturação de serviços financeiros. A esta vocação inicial acrescentou-se a atividade de banca comercial, de gestão de patrimónios e de gestão da carteira própria do Banco.

O BPG apresenta toda a sua informação financeira e prudencial numa base individual.

## IV - Objetivos e políticas em matéria de gestão de risco (artigo 435)

### **Declaração sobre a adequação dos sistemas de gestão de risco:**

**O Conselho de Administração do BPG aprovou, na sua reunião de 4 de Maio 2020, e nos termos previstos da alínea e) do nº 1 do artº 435 da CRR, a seguinte declaração sobre a adequação dos processos de gestão do risco adoptados na instituição:**

A adequação continuada dos processos e sistemas ao serviço da gestão do risco é um desafio para qualquer banco e um desafio maior para os bancos de menor dimensão.

O BPG tem vindo progressivamente a dotar a sua função-risco dos meios materiais e humanos necessários a cumprir os requisitos fundamentais de análise, quantificação, monitorização, controlo e reporting dos riscos incorridos na sua actividade.

Ao longo de 2019 o BPG lançou um importante conjunto de iniciativas no domínio da gestão do risco das quais destacamos as seguintes:

- Staffing das funções de controlo – o Banco acrescentou qualidade, diversidade e capacidade de resposta às suas funções de controlo, através do recrutamento de pessoas com provas dadas e / ou elevado potencial; sobressai o posicionamento do Chief Risk Officer ao nível do Conselho de Administração.
- Moldura do apetite pelo risco – introduzido no 1º trimestre de 2019, o framework foi rapidamente adoptado pelo Banco no seu léxico e nos seus processos; está em esboço uma primeira actualização da taxonomia dos riscos e da matriz de controlo do RAS.
- Adequação de capital e liquidez / plano de recuperação – evolução na concepção e robustez dos exercícios de ICAAP, ILAAP e PR complementada por uma superior integração dos mesmos nos processos de gestão do Banco.

- Gestão das deficiências de controlo interno – elevação do tema nas rotinas do Banco através da sujeição da evolução das deficiências em aberto a um acompanhamento muito próximo pelos órgãos de administração e de fiscalização.
- Evolução da análise do risco de crédito – introdução de alterações significativas no processo de avaliação do risco através da integração no mesmo de inputs da Moody's Analytics (RiskCalc) e da Wiserfunding.
- Políticas de gestão do risco – criação de novas políticas nas áreas do risco de solvência, pricing das operações de crédito e investimento, gestão de NPL, e gestão de deficiências de controlo interno; revisão das políticas de gestão dos riscos de crédito, liquidez, mercado e operacional.
- Stress-testing – em 2019 o BPG realizou dois testes de esforço sobre liquidez e um teste de esforço sobre capital e avançará em 2020 com um programa mais ambicioso de testes.

#### **Declaração sobre o perfil geral de risco e sua relação com a estratégia empresarial:**

**O Conselho de Administração do BPG aprovou, na sua reunião de 4 de Maio 2020, e nos termos previstos da alínea f) do nº 1 do artº 435 da CRR, a seguinte declaração sobre o perfil de risco da instituição:**

O BPG fechou as suas contas de 2019 com activos ponderados por risco (RWA) de EUR 127.3M, reflectindo um crescimento de 13% em relação ao ano anterior.

Em paralelo, o requisito de capital total, determinado pela evolução de RWA e pelos resultados do ICAAP, cresceu 11.5% no mesmo período, avançando cerca de EUR 2M, para EUR 19.3M, durante o exercício findo em Dezembro 2019.

Para esse incremento contribuíram tanto os requisitos regulamentares, com um crescimento de 13% (para EUR 10.2M), como os requisitos económicos, que cresceram 10%, atingindo o montante de EUR 9.1M.

Cerca de 2/3 dos requisitos de capital total eram atribuídos, no final do exercício de 2019, à exposição do Banco ao risco de crédito, subdividido em riscos de incumprimento (RWA de EUR 95.2M e capitalização de EUR 9.5M, já integrando a componente de Pillar 2 associada ao risco soberano) e riscos de concentração de Pillar 2 (capitalização de EUR 3.3M).

Os riscos de incumprimento podem subdividir-se da seguinte forma, aqui quantificados por RWA: portfolio originado no BPG (EUR 34.8M); portfolio originado em fintech (EUR 18.5M); títulos na carteira do Banco, excepto trading book (EUR 21.2M); papel comercial (EUR 12.9M); bancos (EUR 7.9M).

É de notar que os riscos de concentração de crédito perderam expressão relativa, graças à estratégia de diversificação do risco empreendida pelo Banco, designadamente através dos investimentos realizados em activos de PME e de uma forte contenção em relação à angariação de large tickets.

A este propósito convém realçar que a aposta em activos originados em fintech contribuiu fortemente para reduzir os factores de concentração do risco de crédito – tanto nos domínios geográfico e sectorial como na dimensão single-name - e melhorar substancialmente o RAROC do activo creditício.

Acresce que o desempenho dos portfolios superou as expectativas iniciais na vertente de sinistralidade, tanto na Alemanha (SME, small mid caps), como na Irlanda (SME) e na Holanda (hipotecários).

Ainda no capítulo da sinistralidade, a evolução dos indicadores de NPL foi claramente positiva durante o exercício, como o demonstram o decréscimo do stock de NPL (para cerca de EUR 13M, contra EUR 24M um ano antes), a melhoria da cobertura de NPL por provisões (para 58%) e o peso do NPL como percentagem dos fundos próprios do Banco (para 35%).

Continuando a enumerar os riscos do banking book, merecem destaque o ressurgimento do risco de equities (EUR 3M) associado a uma carteira de acções com objectivos de geração de dividend yield, e a redução do valor absoluto e do peso relativo da carteira de imóveis do Banco, avaliada agora em EUR 8.4M.

O IRRBB cresceu na sua componente de exposição a uma subida paralela da yield curve de 200 basis points, parcialmente compensada por efeitos positivos em outros cenários igualmente integrados no cálculo dos requisitos de capital de Pillar 2 para este risco.

Em contraste com o banking book, a carteira de negociação sofreu uma forte redução em 2019, decrescendo em termos de RWA de EUR 28.2M para EUR 12.1M.

Também o risco operacional perdeu expressão na explicação do consumo de capital do Banco em 2019, passando a representar apenas 1.5% do mesmo.

Já o risco de negócio, que o Banco quantifica através da volatilidade dos seus resultados operacionais, manteve uma expressão muito relevante, traduzida em 15% dos requisitos de capital total do Banco. Registe-se, no entanto, que a capitalização deste risco decresceu cerca de EUR 40k em relação ao ano passado.

No domínio da liquidez o Banco operou ao longo de 2019 na vizinhança de EUR 30M – posição agregando reservas e aplicações mobilizáveis junto de bancos centrais e instituições financeiras, e activos não onerados elegíveis para desconto no ECB - e apresentando valores muito confortáveis de LCR e NSFR.

Os testes de esforço de liquidez realizados sobre as posições de Dez.2018, Set.2019 e Dez.2019 demonstraram a resiliência do Banco a situações adversas.

O Banco fechou o ano com um rácio de CET1 de 15.9% e um rácio de capital total de 19.5%, em cumprimento dos requisitos regulamentares aplicáveis incluindo, para além do P2R mínimo,

determinado pelo Banco de Portugal, o requisito de capital económico adicional apurado no ICAAP.

O quadro seguinte exhibe os requisitos de capital regulamentar e de capital económico a 31 de Dezembro de 2019.

REQUISITOS DE CAPITAL	Pillar 1	Cálculos de Pillar 2 (P2R)		P2R	P1 + P2R 2019
		alternativa	add-on		
BANKING BOOK	8.920	635	5.781	6.174	15.093
CRÉDITO	7.619	-	5.225	5.225	12.844
DEFAULT (BPG)	6.141	-	1.874	1.874	8.015
DEFAULT (Fintech)	1.478	-	-	-	1.478
CONCENTRAÇÃO	-	-	3.351	3.351	3.351
dos quais: single name	-	-	2.380	2.380	2.380
dos quais: sector	-	-	131	131	131
dos quais: geografia	-	-	840	840	840
RISCO-PAÍS	-	-	-	-	-
IRRBB	-	-	556	556	556
MARKET	917	635	-	393	1.310
CSRBB	-	-	-	-	-
ACÇÕES	242	635	-	393	635
IMOBILIÁRIO	675	-	-	-	675
OUTROS	384	-	-	-	384
TRADING	965	465	-	-	965
MERCADO	965	465	-	-	965
POSIÇÃO	965	465	-	-	965
BANCO	296	233	2.905	2.905	3.201
OPERACIONAL	296	233	-	-	296
BUSINESS RISK	-	-	2.905	2.905	2.905
<b>BANCO PORTUGUÊS DE GESTÃO</b>	<b>10.181</b>	<b>1.333</b>	<b>8.686</b>	<b>9.079</b>	<b>19.260</b>

De uma forma geral, os riscos incorridos situaram-se na zona de cumprimento e tolerância do risk appetite statement, com excepção do cost of risk (incrementado por dotações para imparidade mais conservadoras do que o esperado), do nível de progresso na constituição de uma carteira de activos diversificados, originados por fintech (que ficou aquém de um orçamento que hoje se percebe ter sido demasiado ambicioso) e da contenção da volatilidade do negócio (que se mantém acima do threshold definido pela instituição).

### Estratégia e processo de gestão do risco

A gestão do risco é um processo através do qual os riscos incorridos na actividade do Banco são identificados e quantificados, tomados ou rejeitados, controlados, monitorizados e reportados.

O sistema de gestão do risco é um conjunto integrado de políticas e processos, incluindo procedimentos, limites, controlos e sistemas com o fim de, permanentemente, identificar, avaliar, monitorizar, controlar e prestar informação dos riscos.



Em detalhe, esse conjunto ou sistema gere os riscos do Banco através (i) do desenvolvimento de uma cultura de risco; (ii) do reforço de capacidades técnico-profissionais dos colaboradores; (iii) da execução de processos, actividades e controlos robustos em todas as áreas / unidades; (iv) da integração com os processos estratégicos do Banco e do aproveitamento de eficiências económicas / redução de custos; (v) da aplicação de práticas de gestão e controlo consistentes com a estratégia e objectivos do negócio e (vi) da limitação do perfil de risco do Banco ao seu apetite pelo risco.

O apetite pelo risco traduz os riscos perspectivados no posicionamento e execução da estratégia – conforme consagra a sua própria definição - e, simultaneamente, condiciona a própria estratégia.

O Conselho de Administração tem presente a capacidade do banco para tomar risco quando formula o caminho estratégico e a estratégia determina que riscos serão efectivamente tomados e com que peso específico e relevância.

Neste processo o Conselho de Administração mandata a Comissão Executiva para desenvolver o plano estratégico no quadro de uma escala necessariamente limitada de risk taking.

O processo de aferição do risk appetite statement volta a repetir-se alguns meses mais tarde, em função do ciclo de planeamento e orçamentação do Banco e das consequências quanto ao perspectivado perfil de risco que do mesmo possam resultar.

### **Hedging e Mitigação do risco**

Na determinação do seu capital regulamentar o Banco recorre a técnicas de mitigação para alguns dos riscos em que incorre no âmbito da atividade que exerce.

Destacam-se a este propósito, e por tipologia de risco, os seguintes:

- Risco de Crédito – Depósitos a Prazo domiciliados junto da própria instituição e na mesma moeda da operação activa, avales prestados por Administrações Regionais e Cauções Imobiliárias desde que relativamente a estas, estejam cumpridos os requisitos a que se refere o Artº 208º do Regulamento EU Nº 575/2013 de 26 de junho de 2013. Com referência a 31 de Dezembro 2019 o Banco não recorria a qualquer derivado com vista a reduzir a exposição ao risco de crédito.
- Risco de Mercado – O Banco recorre a derivados com vista a reduzir a exposição ao risco de mercado da sua carteira de títulos. A este respeito refere-se que com referência a 31 de Dezembro 2019, o Banco possuía dois futuros, um sobre dívida pública alemã e outro sobre um índice de ações europeias.
- Risco Cambial – O Banco mantém uma cobertura da exposição líquida referente à sua moeda estrangeira mais representativa no balanço (USD). Esta cobertura é realizada através de contratos de futuro.

### Estrutura e organização da função-risco

O processo de gestão do risco é da responsabilidade do Conselho de Administração e gerido através do modelo de governação do Banco.

Cabe ao Conselho de Administração a aprovação das políticas de risco, dos statements de apetite pelo risco, e dos exercícios de avaliação da adequação de capital e liquidez.

O Conselho de Administração revê periodicamente do perfil de risco do Banco através do controlo do risk appetite submetido todos os trimestres pelo Chief Risk Officer (CRO).

É ainda da responsabilidade do Conselho de Administração a definição de condições de aprovação dos vários riscos e de uma delegação de competências que permita operacionalizar a tomada de risco.

O desenvolvimento / execução das várias iniciativas estratégicas é da competência da Comissão Executiva e está cometida à Comissão Executiva a promoção do alinhamento estratégico da tomada de risco efectuada pela 1ª linha de defesa.

É igualmente da responsabilidade da Comissão Executiva assegurar que:

- As decisões de risco são devidamente documentadas.
- A função-risco é envolvida nas decisões de risco significativas.
- As funções de proposta de tomada do risco, análise, autorização, execução operacional, registo e controlo estão suficientemente segregadas, designadamente nas operações de crédito e de mercado.
- São instaurados mecanismos de gestão de dados, gestão da informação, segurança informática, verificações e reconciliações, valorização de activos e passivos que permitam assegurar a qualidade de informação de risco utilizada no Banco e reportada interna e externamente.

Independentemente de outras funções que possa desempenhar, presente o princípio da proporcionalidade, o CRO representa a função-risco ao nível do Conselho de Administração, cabendo-lhe a responsabilidade de defender o *risk appetite statement* do Banco e os princípios enunciados nas políticas de gestão do risco.

O CRO participa em comités da LD1 como observador interveniente, mas sem direito nem dever de voto, para proteção e benefício da sua independência na sua actuação na generalidade e na apreciação crítica do perfil de risco do Banco.

O BPG integra na sua 1ª linha de defesa um conjunto de Comitês, alguns dos quais permitem a participação de administradores não executivos nas decisões de risco. O Banco considera ser muito proveitosa a síntese entre a visão dos executivos, mais próxima do quotidiano e suportada na estrutura, e a visão dos não-executivos, mais crítica e independente.

Fora do perímetro da LD1 o Conselho de Administração do BPG estabeleceu um Comité de Risco, presidido por um administrador não executivo e integrando na sua composição o CEO, o CRO e os titulares das funções de controlo. O Comité de Risco aprecia em detalhe o ICAAP, o ILAAP, o Plano de Recuperação e o relatório do Sistema de Controlo Interno previamente à sua apresentação ao Conselho de Administração.

Os restantes comités de risco (comités de LD1, conforme atrás mencionado) são os seguintes:

- Comité de Crédito, que decide sobre tomadas de risco de crédito, salvo as que cabem ao Comité de Investimento.
- Comité de Investimento, que decide sobre propostas de investimento de acordo com os modelos de negócio em vigor no Banco.
- ALCO, que orienta e condiciona a composição das massas de balanço, e toma decisões de tomada de risco de taxa de juro e de câmbio, subordinado ao plano estratégico do Banco e ao seu risk appetite statement.
- Comité de Recuperação, que decide sobre propostas de acção sobre activos não produtivos.

A governação do risco no BPG articula-se sob uma estrutura de unidades orgânicas e de comités encabeçada pelo Conselho de Administração.

A divisão genérica de responsabilidades de alto nível entre as 3 linhas de defesa (LD) é a seguinte:

	LD1	LD2	LD3
Originação do risco	X		
Identificação e aceitação do risco	X	(X)	
Mitigação do risco	X		
Monitorização do risco	X	X	
Definição de políticas		X	
Controlo da apetência ao risco		X	
Agregação e		X	

reporting			
Revisão independente			X

A macro-organização das linhas de defesa para os principais riscos representa-se da seguinte forma:

	LD1	LD2	LD3
Solvência	ALCO	Risco / Planeamento e Contabilidade	Auditoria
Crédito	Unidades de negócio / Comitês de crédito e investimento	Risco	Auditoria
Imobiliário	URCAB / Comité de Recuperação	Risco	Auditoria
Mercado	ALCO/ Mercados Financeiros	Risco	Auditoria
Liquidez	Mercados Financeiros / Comité de Tesouraria	Risco	Auditoria
Operacional	Unidades de negócio e suporte	Risco	Auditoria
Branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo	Unidades de negócio	Compliance	Auditoria

As principais implicações do sistema de 3 linhas de defesa são as seguintes:

- A gestão quotidiana do risco é da responsabilidade da 1ª linha de defesa: para os riscos de crédito e operacional essa responsabilidade está disseminada em vários comitês e unidades orgânicas; para os riscos de gestão centralizada serão as áreas financeira, sob o ALCO (mercado / liquidez), a unidade de recuperação de crédito e de gestão de imóveis em balanço, sob o Comité de Recuperação (risco imobiliário) e o próprio ALCO (solvência) a assumir o papel e a responsabilidade de 1ª linha.

- O Gabinete de Gestão do Risco assume (com o CRO) o papel de *policy owner* – propondo textos de política de risco e actualizações aos mesmos ao Conselho de Administração - e de verdadeiro guardião do apetite pelo risco do Banco.
- O Gabinete de Compliance propõe textos de política na área do BCFT e cria condições, através das suas acções como LD2 e como consultor interno, para que o posicionamento do Banco se mantenha em pleno cumprimento da regulamentação e do *risk appetite statement*, versando KYC, AML, reputação e conduta em vigor.
- O Gabinete de Auditoria Interna revê e verifica com total independência o processo integral de gestão de risco.

### Reporte e fluxos de informação

Dada a reduzida dimensão do banco, e considerando que o CRO é um administrador executivo do banco, o risk reporting em geral apresenta uma quase completa coincidência com o reporting de risco ao órgão de gestão.

Consideramos, pois, que a resposta infra cumpre os requisitos dos dois pontos da CRR em referência.

O Conselho de Administração é informado sobre a posição de risco do Banco com suficiente regularidade e detalhe.

Com periodicidade semanal o CRO distribui uma síntese sobre capital, liquidez, evolução de depósitos, resultados nos mercados, VAR e CVAR observados, novas operações de crédito, alterações no quadro de NPL, e correspondência com o regulador.

O GGR emite, também semanalmente, um relatório aprofundado sobre as posições em carteiras de títulos e respectiva adequação aos limites em vigor e um relatório de controlo de limites de VAR e CVAR.

O GGR emite todos os meses um relatório de watchlist de crédito e de imparidade que a Comissão Executiva aprecia e apresenta ao colectivo do Conselho de Administração.

A DPCC distribui mensalmente um pack de gestão e um relatório prudencial, que inclui o cálculo de RWA por tipo de activo, os principais rácios de capital e liquidez, e outros indicadores.

Também o controlo do Plano de Recuperação e do Risk Appetite Statement são apresentados regularmente pelo CRO ao Conselho de Administração.

---

## **Medição e monitorização**

É sobretudo nos riscos de natureza estratégica, aqueles que são aceites na perspectiva de geração de retorno, que existe efectivamente uma noção específica e voluntária de risk taking por parte do Banco, da qual decorre uma necessidade vital de quantificação e monitorização.

Nos riscos designados por não estratégicos, evitáveis ou externos, só existe a tomada de risco residual, que se define como o nível de risco remanescente após a execução de medidas mitigação, controlo e limitação de danos.

Os riscos de natureza estratégica são tomados à medida que o Banco executa o seu plano de negócio, obedecendo aos limites do RAS e do orçamento, e a outros limites que possa estabelecer, e monitorizados através dos processos de controlo do orçamento, do RAS e do plano de recuperação, para além controlos específicos por tipo de risco. A quantificação destes riscos tende a ser modelar e objectiva.

Os riscos evitáveis e externos são geridos numa lógica de valor em risco versus custo de mitigação na qual a componente de subjectividade é significativa. Sujeito à existência de fundos / orçamento disponível, o Banco procura investir na mitigação de um risco até garantir que o valor em risco subjacente é inferior ao custo marginal de mitigação.

## **Constituição de uma comissão de risco autónoma**

O BPG estabeleceu em 2019 o seu Comité de Risco.

O Comité, presidido por um administrador não-executivo e integrando na sua composição o CEO e o CRO do Banco, tem como missão a apreciação prévia das principais peças produzidas no âmbito da governação do risco, recomendando subsequentemente – e presumida a concordância com o respectivo conteúdo - a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

O Comité de Risco reúne o número de vezes que for necessário para realizar a apreciação prévia dos seguintes documentos:

- Risk Appetite Statement
- ICAAP
- ILAAP
- Relatório do sistema de controlo interno
- Relatório sobre a prevenção do branqueamento de capitais
- Plano de recuperação

Desde a sua constituição o Comité de Risco reuniu para apreciar o Plano de Recuperação em Novembro 2019 e o RAS, ICAAP e ILAAP em Maio de 2020.

### Cargos exercidos pelos membros do órgão de administração:

Na sequência da alínea a) do nº 2 do artigo 435º o BPG apresenta o seguinte quadro com a indicação dos outros cargos exercidos pelos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal:

Nome	Cargo no BPG	Outros cargos
<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:</b>		
Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino	Presidente do CA (não executivo)	Presidente do Conselho de Administração da FUNDAÇÃO ORIENTE
		Vice-Presidente do Conselho de Administração da FUNDAÇÃO STANLEY HO
		Presidente do Conselho de Administração da FUNDAÇÃO MONJARDINO
		Vice-Presidente do Conselho de Administração da FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES
		Presidente da Comissão Executiva da STDP – Sociedade Transnacional de Desenvolvimento de Participações SGPS.
		Sócio Gerente da SANFER, Lda.
Mário José Brandão Ferreira	Vice-presidente do CA (não executivo)	Administrador da STDP – Sociedade Transnacional de Desenvolvimento de Participações SGPS, S.A.
		Administrador da Fundação Stanley Ho
		Presidente do CA da Mundigere, SGPS, S.A.
		Presidente do Conselho de Curadores da FUNDAÇÃO ORIENTE.
Guilherme Manuel Soares Bernardo Vaz	Vogal do CA (não executivo)	Administrador da FUNDAÇÃO ORIENTE.
		Administrador da STDP, SGPS, S.A.
		Administrador da MUNDIGERE, SGPS, S.A.
		Administrador da TPT-Telecomunicações Públicas de Timor, S.A.
Luís António Gomes Moreno	Vogal do CA (não executivo)	Presidente da Assembleia Geral da S2IS – Serviços e Investimentos Imobiliários, SGPS, S.A.
		Presidente da Assembleia Geral da Brasilimo – Investimentos imobiliários no Brasil, SGPS, S.A.
		Sócio gerente da C. Costa & Sanches – Promoção Imobiliária, Lda.
Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques	Vogal do CA (Presidente da CE)	Membro da Direção da Ordem dos Economistas
David Alberto Morais Sousa Ribeiro	Vogal do CA (executivo)	Nenhum outro cargo
Carlos Eduardo Pais e Jorge	Vogal do CA (executivo)	Vogal do Conselho Fiscal da Square Asset Management
<b>CONSELHO FISCAL:</b>		
Paulo Miguel Moreira Reis Vaz	Presidente do CF	Nenhum outro cargo
Carlos Reinaldo Pinheiro da Silva	Membro efetivo do CF	Nenhum outro cargo
Manuel Augusto Lopes de Lemos	Membro efetivo do CF	Presidente do Secretariado Nacional da União das Misericórdias Portuguesas

**Política de recrutamento dos membros do órgão de administração:**

A Assembleia Geral de 03/09/2019 aprovou a Política Interna de Seleção e Avaliação da Adequação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização. Esta Política encontra-se publicada em [www.bpg.pt](http://www.bpg.pt).

**Política de diversificação em relação à seleção dos membros do órgão de administração:**

Na decorrência da alínea c) do nº 2 do artigo 435º o BPG tem o objetivo de incorporar, no mínimo, um membro do género feminino no seu órgão de administração no mandato que se iniciará em 2020.

## V – Fundos próprios (artigo 437)

Os fundos próprios do BPG são calculados de acordo com o Regulamento (UE) nº 575/2013 e pela diretiva 2013/36/EU, aprovados pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho.



## V.I - Reconciliação dos elementos de fundos próprios

	<u>31/dez/2019</u>
Capital	76.151.912
Prémios de emissão	223.334
Reservas por rendimento integral acumulado	861.306
Outras reservas e resultados transitados	(44.991.660)
(Ações próprias)	(309.316)
Resultado do exercício	(9.890.941)
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b><u>22.044.635</u></b>
Ajustamento transitórios	6.041
Ajustamento avaliação prudente	-68.734
Ativos intangíveis	-452.979
Impostos ativos diferidos	-1.278.021
<b>Deduções</b>	<b><u>-1.793.692</u></b>
<b>Common Equity Tier 1</b>	<b><u>20.250.943</u></b>
<b>Tier 1</b>	<b><u>20.250.943</u></b>
Empréstimo subordinado	4.572.453
Deduções	
<b>Tier 2</b>	<b><u>4.572.453</u></b>
<b>Fundos Próprios Totais</b>	<b><u>24.823.396</u></b>
<b>RWA's</b>	<b><u>127.260.411</u></b>
<b>Common Equity Tier 1</b>	<b><u>15,91%</u></b>
<b>Tier 1</b>	<b><u>15,91%</u></b>
<b>Fundos Próprios Totais</b>	<b><u>19,51%</u></b>

## V.II – Principais características dos instrumentos de fundos próprios

No âmbito do estipulado nas alíneas b) e c) do artigo 437º do Regulamento EU 575/2013, apresentamos no quadro seguinte as principais características dos instrumentos de fundos próprios emitidos.

Modelo das principais características dos instrumentos de fundos próprios		Ações
Emitente	Banco Português de Gestão S.A.	
Identificador único (por ex. Cusip, Isin, ou identificador Bloomberg para colocação particular)	N/A	
Legislação aplicável ao instrumento	Portuguesa	
Tratamento regulamentar		
Regras transitórias do RRF	Fundos próprios principais de nível 1	
Regras pós-transitórias do RRF	Fundos próprios principais de nível 1	
Elegível numa base individual / (sub)consolidada / individual e (sub)consolidada	Base individual	
Tipo de instrumento	Ação ordinária	
Montante efetivamente reconhecido nos fundos próprios regulamentares	Eur 76.151.911,73	
Montante nominal do instrumento	Eur 76.151.911,73	
Preço da emissão	N/A	
Preço do resgate	N/A	
Classificação contabilística	Capital realizado	
Data da emissão	29/09/2000	
Caráter perpétuo ou prazo fixo	Perpétuo	
Data de vencimento	N/A	
Opção de compra do emitente sujeita a aprovação prévia da supervisão	N/A	
Data da opção de compra, datas condicionais da opção de compra e valor de resgate	N/A	
Datas de compra subsequentes, se aplicável	N/A	
Cupões / dividendos		
Dividendo / cupão fixo ou variável	Dividendo	
Taxa de cupão e eventual índice relacionado	N/A	
Existência de um limite aos dividendos	Não	
Discrição total, discrição parcial ou obrigatoriedade (em termos de prazo)	Total	
Discrição total, discrição parcial ou obrigatoriedade (em termos de montante)	Total	
Exigência de reforços ou outros incentivos ao resgate	N/A	
Não cumulativos ou cumulativos	N/A	
Convertíveis ou não convertíveis	N/A	
Se convertíveis, desencadeador(es) da conversão	N/A	
Se convertíveis, total ou parcialmente	N/A	
Se convertíveis, taxa de conversão	N/A	
Se convertíveis, conversão obrigatória ou facultativa	N/A	
Se convertíveis, especificar em que tipo de instrumento podem ser convertidos	N/A	
Se convertíveis, especificar o emitente do instrumento em que serão convertidos	N/A	
Caraterísticas de redução do valor (write-down)	N/A	
Em caso de redução do valor, desencadeador(es) dessa redução	N/A	
Em caso de redução do valor, total ou parcial	N/A	
Em caso de redução do valor, permanente ou temporária	N/A	
Em caso de redução temporária do valor, descrição do mecanismo de reposição do valor (write-up). Posição na hierarquia de subordinação em caso de liquidação (especificar o tipo de instrumento imediatamente acima na hierarquia de prioridades)	N/A	
Caraterísticas não conformes objeto de transição	N/A	
Em caso afirmativo, especificar características não-conformes	N/A	

Modelo das principais características dos instrumentos de fundos próprios	Obrigações	Obrigações
Emitente	Banco Português de Gestão S.A.	Banco Português de Gestão S.A.
Identificador único (por ex. Cusip, Isin, ou identificador Bloomberg para colocação particular)	PTBPGBOM0001	PTBPGCOM0000
Legislação aplicável ao instrumento	Portuguesa	Portuguesa
Tratamento regulamentar		
Regras transitórias do RRF	Fundos próprios Tier 2	Fundos próprios Tier 2
Regras pós-transitórias do RRF	Fundos próprios Tier 2	Fundos próprios Tier 2
Elegível numa base individual / (sub)consolidada / individual e (sub)consolidada	Base individual	Base individual
Tipo de instrumento	Obrigação subordinada	Obrigação subordinada
Montante efetivamente reconhecido nos fundos próprios regulamentares	Eur 1.572.453	Eur 3.000.000
Montante nominal do instrumento	Eur 2.550.000	Eur 3.000.000
Preço da emissão	100%	100%
Preço do resgate	100%	100%
Classificação contabilística	Passivo - custo amortizado	Passivo - custo amortizado
Data da emissão	30/01/2015	27/09/2019
Caráter perpétuo ou prazo fixo	Fixo	Fixo
Data de vencimento	30/01/2023	27/09/2029
Opção de compra do emitente sujeita a aprovação prévia da supervisão	Não	Não
Data da opção de compra, datas condicionais da opção de compra e valor de resgate	N/A	N/A
Datas de compra subsequentes, se aplicável	N/A	N/A
Cupões / dividendos		
Dividendo / cupão fixo ou variável	Fixo	Fixo
Taxa de cupão e eventual índice relacionado	4,75%	3,75%
Existência de um limite aos dividendos	N/A	N/A
Discrição total, discrição parcial ou obrigatoriedade (em termos de prazo)	Obrigatoriedade	Obrigatoriedade
Discrição total, discrição parcial ou obrigatoriedade (em termos de montante)	Obrigatoriedade	Obrigatoriedade
Exigência de reforços ou outros incentivos ao resgate	N/A	N/A
Não cumulativos ou cumulativos	N/A	N/A
Convertíveis ou não convertíveis	Não convertível	Não convertível
Se convertíveis, desencadeador(es) da conversão	N/A	N/A
Se convertíveis, total ou parcialmente	N/A	N/A
Se convertíveis, taxa de conversão	N/A	N/A
Se convertíveis, conversão obrigatória ou facultativa	N/A	N/A
Se convertíveis, especificar em que tipo de instrumento podem ser convertidos	N/A	N/A
Se convertíveis, especificar o emitente do instrumento em que serão convertidos	N/A	N/A
Caraterísticas de redução do valor (write-down)	N/A	N/A
Em caso de redução do valor, desencadeador(es) dessa redução	N/A	N/A
Em caso de redução do valor, total ou parcial	N/A	N/A
Em caso de redução do valor, permanente ou temporária	N/A	N/A
Em caso de redução temporária do valor, descrição do mecanismo de reposição do valor (write-up). Posição na hierarquia de subordinação em caso de liquidação (especificar o tipo de instrumento imediatamente acima na hierarquia de prioridades)	Credores Seniores	Credores Seniores
Caraterísticas não conformes objeto de transição	Não	Não
Em caso afirmativo, especificar características não-conformes	N/A	N/A

Nota: indicar "N/A" se a questão não for relevante

Nos termos das alíneas d) e e) do artigo 437 do Regulamento EU 575/2013, apresentamos os filtros aplicados, deduções e elementos não deduzidos aos fundos próprios.

	Montante à data de relato	Montantes sujeitos ao tratamento pré- regulamento (UE) nº 575/2013 ou Valor residual prescrito pelo Regulamento (EU) nº 575/2013
<b>FUNDOS PRÓPRIOS PRINCIPAIS DE NÍVEL 1: INSTRUMENTOS E RESERVAS</b>		
Instrumentos de fundos próprios e prémios de emissão conexos	76.065.929	
dos quais: Instrumentos de tipo 1	76.065.929	
dos quais: Instrumentos de tipo 2	-	
dos quais: Instrumentos de tipo 3	-	
Resultados retidos	-54.882.601	
Outro rendimento integral acumulado (e outras reservas)	861.306	
Fundos para riscos bancários gerais	-	
Montante dos elementos considerados a que se refere o artigo 484.º, n.º 3, e dos prémios de emissão conexos sujeitos a eliminação progressiva dos FPP1	-	
Injeções de capital do setor público objeto de direitos adquiridos até 1 de janeiro de 2018	-	
Interesses minoritários (montante permitido nos FPP1 consolidados)	-	
Lucros provisórios objeto de revisão independente líquidos de qualquer encargo ou dividendo previsível	-	
<b>Fundos Próprios principais de nível 1 (FPP1) antes dos ajustamentos regulamentares</b>	<b>22.044.635</b>	
<b>FUNDOS PRÓPRIOS PRINCIPAIS DE NÍVEL 1 (FPP1): AJUSTES REGULAMENTARES</b>		
Ajustamentos de valor adicionais	-68.734	
Ativos intangíveis (líquidos do passivo por impostos correspondente)	-452.979	
Conjunto vazio na UE	-	
Ativos por impostos diferidos que dependem de rentabilidade futura excluindo os decorrentes de diferenças temporárias (líquidos do passivo por impostos correspondente se estiverem preenchidas as condições previstas no artigo 38.º, n.º 3)	-1.278.021	
Reservas de justo valor relacionadas com ganhos ou perdas em coberturas de fluxos de caixa	-	
Montantes negativos resultantes do cálculo dos montantes das perdas esperadas	-	
Qualquer aumento dos fundos próprios que resulte de ativos titularizados	-	
Ganhos ou perdas com passivos avaliados pelo justo valor resultantes de alterações na qualidade de crédito da própria instituição	-	
Ativos de fundos de pensões com benefícios definidos	-	
Detenções diretas e indiretas de uma instituição dos seus próprios instrumentos de FPP1	-	
Detenções de instrumentos de FPP1 de entidades do setor financeiro que têm detenções cruzadas recíprocas com a instituição destinadas a inflacionar artificialmente os seus fundos próprios	-	
Detenções diretas e indiretas da instituição de instrumentos de FPP1 de entidades do setor financeiro nas quais a instituição não tem um investimento significativo (montante acima do limite de 10% e líquido de posições curtas elegíveis)	-	
Detenções diretas, indiretas e sintéticas da instituição de instrumentos de FPP1 de entidades do setor financeiro nas quais a instituição tem um investimento significativo (montante acima de 10% e líquido de posições curtas elegíveis)	-	
Conjunto vazio na UE	-	
Montante da posição em risco dos seguintes elementos elegíveis para uma ponderação de risco de 1250%, nos casos em que a instituição opta pela alternativa da dedução	-	
dos quais: detenções elegíveis fora do setor financeiro	-	
dos quais: posições de titularização	-	
dos quais: transações incompletas	-	
Ativos por impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias (montante acima do limite de 10%, líquido do passivo por impostos correspondente se estiverem preenchidas as condições previstas no artigo 38.º, n.º 3)	-	
Montante acima do limite de 15%	-	
dos quais: detenções diretas e indiretas da instituição de instrumentos de FPP1 de entidades financeiras nas quais a instituição tem um investimento significativo	-	
dos quais: ativos por impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias	-	
Perdas relativas ao exercício em curso	-	
Encargos fiscais previsíveis relacionados com elementos de FPP1	-	
Ajustamentos regulamentares aplicados aos fundos próprios principais de nível 1 relativamente a montantes sujeitos a tratamento anterior ao RRRP	-	
Ajustamentos regulamentares relacionados com ganhos e perdas não realizados nos termos dos artigos 467.º e 468.º	6.041	

	Montante à data de relato	Montantes sujeitos ao tratamento pré- regulamento (UE) n.º 575/2013 ou Valor residual prescrito pelo Regulamento (EU) n.º 575/2013
Montante a deduzir ou adicionar aos fundos próprios principais de nível 1 no que respeita aos filtros e deduções adicionais requeridos anteriormente ao RRFP	-	
Dos quais: ajustamento de disposições sobre ativos intangíveis	-	
Dos quais: outros ajustamentos	-	
Deduções aos FPA1 elegíveis que excedem os FPA1 da instituição	-	
<b>Total dos ajustamentos regulamentares aos fundos próprios principais de nível 1 (FPP1)</b>	<b>-1.793.692</b>	
<b>Fundos próprios principais de nível 1 (FPPP1)</b>	<b>20.250.943</b>	
<b>FUNDOS PRÓPRIOS ADICIONAIS DE NÍVEL 1 (FPA1): INSTRUMENTOS</b>		
Instrumentos de fundos próprios e prémios de emissão conexos	-	
dos quais: classificados como fundos próprios segundo as normas contabilísticas aplicáveis	-	
dos quais: classificados como passivos segundo as normas contabilísticas aplicáveis	-	
Montante dos elementos considerados a que se refere o artigo 484.º, n.º 4, e dos prémios de emissão conexos sujeitos a eliminação progressiva dos FPA1	-	
Injeções de capital do setor público objeto de direitos adquiridos até 1 de janeiro de 2018	-	
Fundos próprios de nível 1 considerados incluídos nos FPA1 consolidados (incluindo interesses minoritários não incluídos na linha 5) emitidos por filiais e detidos por terceiros	-	
dos quais: instrumentos emitidos por filiais sujeitos a eliminação progressiva	-	
<b>Fundos próprios adicionais de nível 1 (FPA1) antes dos ajustamentos regulamentares</b>	<b>-</b>	
<b>FUNDOS PRÓPRIOS ADICIONAIS DE NÍVEL 1 (FPA1): AJUSTAMENTOS REGULAMENTARES</b>		
Detenções diretas e indiretas de uma instituição nos seus próprios instrumentos de FPA1	-	
Detenções de instrumentos de FPA1 de entidades do setor financeiro que têm detenções cruzadas recíprocas com a instituição destinadas a inflacionar artificialmente os seus fundos próprios	-	
Detenções diretas e indiretas de instrumentos de FPA1 de entidades do setor financeiro nas quais a instituição não tem um investimento significativo (montante acima do limite de 10% e líquido de posições curtas elegíveis)	-	
Detenções diretas e indiretas da instituição de instrumentos de FPA1 de entidades do setor financeiro nas quais a instituição tem um investimento significativo (montante acima do limite de 10% e líquido de posições curtas elegíveis)	-	
Ajustamentos regulamentares aplicados aos fundos próprios adicionais de nível 1 relativamente a montantes sujeitos a tratamento anterior ao RRFP e tratamentos de transição sujeitos a eliminação progressiva conforme prescrito no Regulamento (UE) n.º 575/2013 (ou seja, montantes residuais RRFP)	-	
Montantes residuais deduzidos aos fundos próprios adicionais de nível 1 relativamente à dedução aos fundos próprios principais de nível 1 durante o período de transição nos termos do artigo 472.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013	-	
Montantes residuais deduzidos aos fundos próprios adicionais de nível 1 relativamente à dedução aos fundos próprios de nível 2 durante o período de transição nos termos do artigo 475.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013	-	
Montante a deduzir ou adicionar aos fundos próprios adicionais de nível 1 no que respeita aos filtros e deduções adicionais requeridos anteriormente ao RRFP	-	
Deduções aos FP2 elegíveis que excedem o FP2 da instituição	-	
<b>Total dos ajustamentos regulamentares dos fundos próprios adicionais (FPA1)</b>	<b>-</b>	
<b>Fundos próprios de nível 1 (FP1 = FPP1 + FPA1)</b>	<b>20.250.943</b>	
<b>FUNDOS PRÓPRIOS DE NÍVEL 2 (FP2): INSTRUMENTOS E DISPOSIÇÕES</b>		
Instrumentos de fundos próprios e prémios de emissão conexos	-	
Montante dos elementos considerados a que se refere o artigo 484.º, n.º 5, e prémios de emissão conexos elegíveis sujeitos a eliminação progressiva dos FP2	4.572.453	
Injeções de capital do setor público objeto de direitos adquiridos até 1 de janeiro de 2018	-	
Instrumentos de fundos próprios considerados incluídos nos fundos próprios de nível 2 (incluindo interesses minoritários e instrumentos dos FPA1 não incluídos nas linhas 5 e 34) consolidados emitidos por filiais e detidos por terceiros	-	
dos quais: instrumentos emitidos por filiais sujeitos a eliminação progressiva	-	
Ajustamentos para o risco de crédito	-	
<b>Fundos próprios de nível 2 (FP2) antes dos ajustamentos regulamentares</b>	<b>4.572.453</b>	
<b>FUNDOS PRÓPRIOS DE NÍVEL 2 (FP2): AJUSTAMENTOS REGULAMENTARES</b>		
Detenções diretas e indiretas de uma instituição nos seus próprios instrumentos de FP2 e empréstimos subordinados	-	
Detenções de instrumentos dos FP2 e empréstimos subordinados de entidades do setor financeiro que têm detenções cruzadas recíprocas com a instituição destinadas a inflacionar artificialmente os seus fundos próprios	-	
Detenções diretas e indiretas de instrumentos de FP2 e empréstimos subordinados de entidades do setor financeiro nas quais a instituição não tem um investimento significativo (montante acima do limite de 10% e líquido de posições curtas elegíveis)	-	
Dos quais novas detenções não sujeitas a disposições transitórias	-	

	Montante à data de relato	Montantes sujeitos ao tratamento pré-regulamento (UE) n.º 575/2013 ou Valor residual prescrito pelo Regulamento (EU) n.º 575/2013
Dos quais detenções existentes antes de 1 de janeiro de 2013 e sujeitas a disposições transitórias	-	
Detenções diretas e indiretas da instituição de instrumentos de FP2 e empréstimos subordinados de entidades do setor financeiro nas quais a instituição tem um investimento significativo (líquido de posições curtas elegíveis)	-	
Ajustamentos regulamentares aplicados aos fundos próprios de nível 2 relativamente a montantes sujeitos a tratamento anterior ao RFRP e tratamentos de transição sujeitos a eliminação progressiva conforme prescrito no Regulamento (UE) n.º 575/2013 (ou seja, montantes residuais RFRP)	-	
Montantes residuais deduzidos aos fundos próprios de nível 2 no que respeita à dedução aos fundos próprios principais de nível 1 durante o período de transição nos termos do artigo 472.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013	-	
Montantes residuais deduzidos aos fundos próprios de nível 2 relativamente à dedução aos fundos próprios adicionais de nível 1 durante o período de transição nos termos do artigo 475.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013	-	
Montante a deduzir ou adicionar aos fundos próprios de nível 2 no que respeita aos filtros e deduções adicionais requeridos anteriormente ao RFRP	-	
<b>Total dos ajustamentos regulamentares dos fundos próprios de nível 2 (FP2)</b>	-	
<b>Fundos próprios totais (FPT = FP1 + FP2)</b>	<b>24.823.396</b>	
Ativos ponderados pelo risco relativamente a montantes sujeitos a tratamento anterior ao RFRP e tratamentos de transição sujeitos a eliminação progressiva conforme prescrito no Regulamento (UE) n.º 575/2013 (ou seja, montantes residuais RFRP)	-	
<b>Total dos ativos ponderados pelo risco</b>	<b>127.260.411</b>	
<b>RÁCIOS E RESERVAS PRUDENCIAIS DE FUNDOS PRÓPRIOS</b>		
Fundos próprios principais de nível 1 (em percentagem do montante das posições em risco)	15,91%	
Nível 1 (em percentagem do montante das posições em risco)	15,91%	
Fundos próprios totais (em percentagem do montante das posições em risco)	19,51%	
Requisito de reservas prudenciais específico da instituição (requisito de FPP1 em conformidade com o artigo 92.º, n.º 1, alínea a), mais requisitos de reservas prudenciais de conservação de fundos próprios e anticíclicas, mais reservas prudenciais do risco sistémico, mais reservas prudenciais de instituição de importância sistémica (reservas prudenciais G-SII ou O-SII), expresso em percentagem do montante das posições em risco)	16,00%	
dos quais: requisito de reservas prudenciais de conservação de fundos próprios	2,50%	
dos quais: requisito de reservas prudenciais anticíclicas	0,00%	
dos quais: requisito de reservas prudenciais para o risco sistémico	0,00%	
dos quais: Reservas prudenciais de instituição de importância sistémica global (G-SII) ou de outras instituições de importância sistémica (O-SII)	0,00%	
Fundos próprios principais de nível 1 disponíveis para efeitos de reservas prudenciais (em percentagem do valor das posições em risco)	15,91%	
<b>MONTANTES ABAIXO DO LIMIAR PARA DEDUÇÃO (ANTES DE PONDERAÇÃO PELO RISCO)</b>		
Detenções diretas e indiretas nos fundos próprios de entidades do setor financeiro nas quais a instituição não tem um investimento significativo (montante acima do limite de 10% e líquido de posições curtas elegíveis)	-	
Detenções diretas e indiretas da instituição de instrumentos de FPP1 de entidades do setor financeiro nas quais a instituição tem um investimento significativo (montante acima do limite de 10% e líquido de posições curtas elegíveis)	-	
Ativos por impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias (montante abaixo do limite de 10%, líquidos do passivo por impostos correspondente se estiverem preenchidas as condições previstas no artigo 38.º, n.º 3)	-	
<b>LIMITES APLICÁVEIS À INCLUSÃO DE PROVISÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS DE NÍVEL 2</b>		
Ajustamentos para o risco de crédito incluídos nos FP2 relativamente a posições em risco sujeitas ao método-padrão (antes da aplicação do limite máximo)	-	
Limite máximo à inclusão de ajustamentos para o risco de crédito nos FP2 de acordo com o método-padrão	-	
Ajustamentos para o risco de crédito incluídos nos FP2 relacionados com as posições em risco sujeitas ao método das notações internas (antes da aplicação do limite máximo)	-	
Limite máximo à inclusão de ajustamentos para o risco de crédito nos FP2 de acordo com o método das notações internas	-	
<b>INSTRUMENTOS DE FUNDOS PRÓPRIOS SUJEITOS A DISPOSIÇÕES DE ELIMINAÇÃO PROGRESSIVA (APLICÁVEL APENAS ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2013 E 1 DE JANEIRO</b>		
Limite máximo atual para os instrumentos de FPP1 sujeitos a disposições de eliminação progressiva	-	
Montante excluído dos FPP1 devido ao limite máximo (excesso em relação ao limite máximo após resgates e vencimentos)	-	
Limite máximo atual para os instrumentos de FPA1 sujeitos a disposições de eliminação progressiva	-	
Montante excluído dos FPA1 devido ao limite máximo (excesso em relação ao limite máximo após resgates e vencimentos)	-	

---

## VI – Requisitos de fundos próprios (artigo 438)

### VI.I – Síntese do método utilizado para avaliar a adequação do seu capital interno e respetivo resultado

O Banco concebe e realiza o seu exercício de avaliação da adequação do capital interno no respeito pela regulamentação em vigor e orientações da EBA, ECB e Banco de Portugal.

O BPG apura os requisitos de capital de Pillar 1 (P1), tendo por base os activos ponderados por risco (RWA), e os requisitos de Pillar 2 (P2), baseados em critérios alternativos.

Para cada tipo de risco, e partindo da respectiva posição de capitalização em Pillar 1 (capital regulamentar), é tomada em consideração uma das opções seguintes:

- a) Proceder a uma cobertura adicional de capital que complete a abrangência proporcionada pela abordagem regulamentar, ou
- b) Comparar o capital de Pillar 1 com o que resulte de uma metodologia alternativa ensaiada sob Pillar 2, escolhendo-se a mais exigente, ou
- c) Prescindir de uma capitalização adicional, por verificação de que o plano financeiro do Banco contempla, sob expected loss, uma erosão suficiente

O BPG adopta os fundos próprios regulamentares como capital interno.

Para este efeito, o Banco assume não ser necessário qualquer ajustamento adicional, já que desconsidera o montante de impostos diferidos activos relacionados com prejuízos fiscais e de activos intangíveis na construção dos seus fundos próprios, a partir dos capitais próprios.

Centrado primordialmente no teste da adequação do capital a 31 de Dezembro de 2019, o processo integra também a projecção dos requisitos de capital no triénio de 2020-2022, incluindo uma análise adicional sob um teste de esforço desenhado especificamente para o ICAAP, e consubstanciado como cenário adverso.

Do processo de auto-avaliação da adequação do capital interno constata-se que o BPG apresentava a 31 de Dezembro de 2019 um superavit de capital em todos os domínios (ICAAP, OCR, T1, CET1) com particular relevância para o capital exigido pelo ICAAP que integra os requisitos regulamentares (P1, SREP, combined buffer) e o add on de capital económico calculado no próprio exercício.

## VI.II – Fundos próprios

	31/12/2019
<b>Fundos próprios totais</b>	<b>24.823.396</b>
<b>Fundos próprios de nível 1</b>	<b>20.250.943</b>
Instrumentos de fundos próprios realizados	76.065.929
Lucros retidos de exercícios anteriores	-44.991.660
Resultados do exercício	-9.890.941
Outro rendimento integral acumulado	861.306
Outras reservas	0
Outros ajustamentos	-68.734
Ativos intangíveis	-452.979
Impostos diferidos ativos - prejuízos fiscais	0
Impostos diferidos ativos - diferenças temporárias	-1.278.021
Outros ajustamentos transitórios	6.041
<b>Fundos próprios de nível 2</b>	<b>4.572.453</b>
Requisito mínimo de capital	4.572.453
Outros ajustamentos transitórios	0
<b>Fundos próprios de referência para efeitos dos limites relativos aos grandes riscos</b>	<b>6.205.849</b>

## VI.III – Requisitos de fundos próprios

No cálculo dos requisitos de fundos próprios, o BPG aplica o método padrão para calcular os montantes das posições ponderadas pelo risco de crédito, de acordo com as regras prudenciais vigentes na data de referência. As posições sem risco, de acordo com o método utilizado, são classificadas de acordo com a contraparte por classe de risco.

Aplicou-se uma percentagem de 8% ao montante das posições ponderadas para determinar os requisitos de capital, de acordo com artigo 438º do Regulamento 575/2013.



	RWA	Requisitos mínimos de
	31/12/2019	31/12/2019
<b>Requisitos de fundos próprios</b>	<b>127.260.411</b>	<b>10.180.833</b>
<b>Para risco de crédito, risco de crédito de contraparte, risco de redução dos valores a receber e risco de entrega</b>	<b>111.495.021</b>	<b>8.919.602</b>
Método Padrão	111.495.021	8.919.602
Classes de risco no Método Padrão, excluindo posições de titularização	111.495.021	8.919.602
Créditos ou créditos condicionais sobre administrações centrais ou sobre bancos centrais	553.371	44.270
Créditos ou créditos condicionais sobre administrações regionais ou autoridades locais	572.728	45.818
Créditos ou créditos condicionais sobre organismos administrativos e empresas sem fins lucrativos	-	-
Créditos ou créditos condicionais sobre bancos multilaterais de desenvolvimento	-	-
Créditos ou créditos condicionais sobre organizações internacionais	-	-
Créditos ou créditos condicionais sobre instituições	7.861.114	628.889
Créditos ou créditos condicionais sobre empresas	55.495.164	4.439.613
Créditos ou créditos condicionais carteira de retalho	3.943.978	315.518
Créditos ou créditos condicionais com garantia de bens imóveis	3.187.960	255.037
Elementos vencidos	6.157.496	492.600
Elementos pertencentes a categorias regulamentares de risco elevado	18.016.378	1.441.310
Créditos sob a forma de obrigações hipotecárias ou obrigações sobre o setor público	-	-
Créditos sob a forma de organismos de investimento coletivo (OIC)	-	-
Créditos sob a forma de ações	3.028.372	242.270
Outros elementos	12.678.460	1.014.277
Posições de titularização no método padrão	-	-
(-) Provisões para riscos gerais de crédito	-	-
Método das Notações Internas	-	-
<b>Risco de liquidação</b>		
<b>Requisitos de fundos próprios para riscos de posição, riscos cambiais e riscos sobre mercadorias</b>	<b>12.066.371</b>	<b>965.310</b>
Método Padrão	12.066.371	965.310
Instrumentos de dívida	12.030.362	962.429
Títulos de capital	36.009	2.881
Riscos cambiais	-	-
Riscos sobre mercadorias	-	-
Método dos Modelos Internos	-	-
<b>Requisitos de fundos próprios para risco operacional</b>	<b>3.699.018</b>	<b>295.921</b>
Método do Indicador Básico	3.699.018	295.921
Método <i>Standard</i>	-	-
Métodos de Medição Avançada	-	-
<b>Requisitos de fundos próprios - Despesas gerais fixas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Requisitos transitórios de fundos próprios e outros requisitos de fundos próprios</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

#### VI.IV – Adequação de capitais

	31/12/2019
Excesso (+) / Insuficiência (-) de fundos próprios	14.642.564
Total Capital Ratio (%)	19,51%

Valor calculado tendo por base o requisito mínimo de 8%.

## VII – Risco de crédito de contraparte (artigo 439)

O Banco está exposto a risco de crédito de contraparte por entrar regularmente em operações de cobertura de risco de taxa de juro ou de câmbio, ou de risco de acções.

Os riscos incorridos estão substancialmente mitigados, e pelas seguintes razões:

- O Banco detém e utiliza um modelo satisfatório de cálculo do risco de crédito de contraparte (ainda que não tendo estabelecido uma moldura de gestão específica para este subtipo de risco).
- O Banco e a sua habitual contraparte, o BIG, Banco de Investimento Global, estabeleceram um acordo de margin lending que cria um cap para a exposição máxima incorrida.

## VIII – Reservas prudenciais de fundos próprios (artigo 440)

Conforme deliberação do Banco de Portugal a 31 de dezembro de 2019, a percentagem de reserva contracíclica aplicável às exposições de crédito ao sector privado não financeiro português, a vigorar no primeiro trimestre de 2020, mantém-se em 0% do montante total das posições em risco. A decisão é revista trimestralmente pelo Banco de Portugal e publicada no seu sítio na internet.

A reserva contracíclica específica do BPG é de 0%, dado que as posições em risco de crédito relevantes estão situadas em Portugal, conforme se demonstra no seguinte quadro:

<b>País</b>	<b>Montante</b>	<b>Buffer</b>
PT	124.408.791	0,00%
IRL	0	0,00%
BRA	892.391	0,00%
ALE	99.624	0,00%
AGO	-35.000	0,00%
ESP	-15.000	0,00%

---

## IX – Indicadores de importância sistémica global (artigo 441)

Em 31 de dezembro de 2019, o BPG não era considerado como Instituição de Importância Sistémica Global (G-SII) nos termos do artigo 131º da Diretiva 2013/36/EU, pelo que não se aplicam as obrigações de divulgação de informação nos termos do artigo 441º da CRR.

## X – Risco de crédito (artigo 442)

### X.I. Informação qualitativa

A descrição dos principais critérios valorimétricos e das políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco Português de Gestão aplicáveis à carteira de crédito encontra-se no Relatório e Contas, na Nota 2 das Notas às Demonstrações Financeiras, aí se contendo igualmente a descrição de critérios e de políticas contabilísticas respeitantes a imparidades aplicáveis de acordo com a IFRS9.

O risco de concentração é objeto de específica referência no Relatório e Contas, na Nota 3 das Notas às Demonstrações Financeiras, onde é oferecida informação quantitativa sobre a distribuição setorial do crédito concedido e a respetiva evolução relativamente ao ano anterior. A concentração no mercado nacional é praticamente total quanto à carteira de crédito concedido e relativamente à composição da carteira de títulos, os emitentes são de países da zona euro.

### X.II Informação quantitativa

As posições em risco consideradas para efeitos de cálculo dos requisitos de fundos próprios para risco de crédito abrangem as exposições da carteira bancária registadas no balanço e em contas extrapatrimoniais, associadas nomeadamente a crédito a clientes, as aplicações em instituições de crédito e os investimentos em instrumentos financeiros. Nestas posições em risco não se incluem as exposições no âmbito da carteira de negociação.

Em 31 de dezembro de 2019 a exposição por tipo de posição relevante, apresenta a seguinte desagregação:

Classes de Risco	Posição em risco original	
	Valor contabilístico bruto	
	31/12/2019	Média ao longo 2019
Administrações centrais ou bancos centrais	50.071.545	49.226.188
Administrações regionais ou autoridades locais	2.863.640	3.042.477
Instituições	35.790.491	37.329.385
Empresas	70.032.365	61.581.883
Carteira de retalho	6.903.167	4.146.273
Com garantias de bens imóveis	6.212.350	7.526.328
Elementos vencidos	16.646.713	29.583.274
Organismos de investimento colectivo (OI)	0	0
Risco elevado	25.932.354	25.932.354
Ações	3.157.878	3.634.649
Outros elementos	18.602.386	19.866.157
<b>Total</b>	<b>236.212.889</b>	<b>241.868.969</b>

Unidade: Euros

Em 31 de dezembro de 2019 a distribuição geográfica das posições em risco apresenta a seguinte desagregação:

#### DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS POSIÇÕES EM RISCO

( em % da posição de risco original)

Classes de Risco	Portugal	Outros Países
	31/12/2019	31/12/2019
Administrações centrais ou bancos centrais	10,94%	10,26%
Administrações regionais ou autoridades locais	1,21%	-
Instituições	14,68%	0,47%
Empresas	23,11%	6,53%
Carteira de retalho	0,49%	2,44%
Com garantias de bens imóveis	2,63%	0,00%
Elementos vencidos	4,27%	2,77%
Risco elevado	7,72%	3,26%
Ações	-	1,34%
Outros elementos	7,88%	-
<b>TOTAL</b>	<b>72,94%</b>	<b>27,06%</b>

Em 31 de dezembro de 2019 a distribuição setorial das posições em risco apresenta a seguinte desagregação:

**DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DAS POSIÇÕES EM RISCO**  
( em % da posição de risco original)

Setor de Atividade Económica / Classes de Risco	Administrações centrais	Administrações regionais ou autoridades locais	Instituições	Empresas	Of wich PME	Carteira de retalho	Of wich PME	Com garantia de bens imóveis	Of wich PME	Risco Elevado	Of wich PME	Elementos vencidos	Of wich PME	Outros ativos
	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019
Indústrias transformadoras	-	-	-	5,92%	1,81%	-	-	-	-	1,96%	1,96%	1,21%	-	-
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	-	-	-	0,21%	0,21%	-	-	0,47%	-	-	-	-	-	-
Construção	-	-	-	0,00%	-	-	-	-	-	6,65%	6,56%	0,00%	-	-
Transportes e armazenagem	-	-	-	0,62%	-	-	-	0,00%	-	-	-	1,02%	-	-
Comércio por grosso e a retalho	-	-	-	0,62%	0,34%	-	-	0,00%	0,00%	-	-	1,60%	0,19%	-
Alojamento, restauração e similares	-	-	-	0,27%	0,27%	-	-	-	-	-	-	0,53%	-	-
Atividades de informação e de comunicação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,80%	0,02%	-
Atividades financeiras e de seguros	-	-	15,15%	4,35%	0,02%	2,84%	-	-	-	2,36%	0,11%	0,01%	-	0,01%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	-	-	-	2,54%	0,46%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	-	-	-	0,06%	0,06%	-	-	-	-	-	-	0,00%	-	-
Administração Pública e defesa; segurança social obrigatória	21,20%	1,21%	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,25%
Atividades de saúde humana e apoio social	-	-	-	0,01%	-	-	-	1,91%	-	-	-	0,52%	-	-
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	-	-	-	0,02%	-	-	-	-	-	-	-	0,48%	-	-
Outras atividades de serviços	-	-	-	0,01%	-	-	-	0,01%	-	-	-	0,02%	-	6,65%
Particulares	-	-	-	14,68%	-	0,17%	0,17%	0,24%	-	0,00%	0,00%	0,46%	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>21,20%</b>	<b>1,21%</b>	<b>15,15%</b>	<b>29,30%</b>	<b>3,16%</b>	<b>3,01%</b>	<b>0,17%</b>	<b>2,63%</b>	<b>0,00%</b>	<b>10,98%</b>	<b>8,63%</b>	<b>8,65%</b>	<b>0,21%</b>	<b>7,88%</b>

Em 31 de dezembro de 2019 a repartição das posições em risco vencidas e objeto de imparidade apresenta-se agrupada pelos principais setores económicos e pelas principais zonas geográficas, como segue:

		Posições em risco vencidas	Posições em risco objeto de imparidade
		31/12/2019	31/12/2019
<b>Total das posições:</b>		<b>30.694.540</b>	<b>27.676.321</b>
Decomposição pelos			
Setores Económicos:	Indústrias transformadoras	7.498.573	7.498.573
	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	-	-
	Construção	15.710.863	15.502.598
	Comércio por grosso e a retalho	2.420.843	2.025.512
	Alojamento, restauração e similares	1.251.939	1.251.939
	Atividades de informação e de comunicação	50.135	50.135
	Atividades financeiras e de seguros	284.853	259.853
	Atividades imobiliárias	0	-
	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	0	-
	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	9.378	9.378
	Atividades de saúde humana e apoio social	1.229.300	2.619
	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de	-	-
	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	1.125.000	-
	Outras atividades de serviços	-	-
Particulares		1.113.656	1.075.714
Decomposição pelas			
Zonas Geográficas:	Portugal	18.863.515	16.928.762
	União Europeia	6.553.399	6.553.399

O movimento de imparidade em 2019 apresenta o seguinte detalhe:

Correções de valor e Imparidade	Risco Específico	Risco Geral
<b>Saldo final 31/12/2018</b>	<b>23.465.032</b>	-
Dotações	9.130.604	-
Utilizações	(2.444.104)	-
Reposições/Anulações	(5.860.357)	-
Outros ajustamentos:	(5.482.584)	-
- Ajustamentos por diferenças cambiais	78.668	-
- Write off	(5.561.253)	-
<b>Saldo final 31/12/2019</b>	<b>18.808.590</b>	-

Em 31 de dezembro de 2019 a exposição por tipo de posição relevante, com o respetivo ajustamento para risco de crédito, apresenta a seguinte desagregação:

Banco Português de Gestão	Valor contabilístico bruto das:		Ajustamentos para risco específico de crédito	Ajustamentos para risco geral de crédito	Anulações acumuladas	Requisitos de ajustamento do risco de crédito no período	Valores líquidos
	Posições em risco em situação de incumprimento	Posições em risco que não se encontram em incumprimento					
	a	b	c	d	e	f	(a+b-c-d)
Administrações centrais ou bancos centrais		50.071.545	-	-	-	-	50.071.545
Administrações regionais ou autoridades locais		2.863.640	-	-	-	-	2.863.640
Instituições		35.790.491	-	-	-	-	35.790.491
Empresas		70.032.365	1.225.028	-	5.569.067	329.327	68.807.338
Das quais: PME		9.826.601	358.674	-	-	-	9.467.927
Retalho		6.903.167	36.627	-	-	-	6.866.540
Das quais: PME		6.903.167	36.627	-	-	-	6.866.540
Garantidas por hipotecas sobre bens imóveis		6.212.350	1.096	-	-	-	6.211.253
Das quais: PME		1.086	-	-	-	-	1.086
Posições em risco em situação de incumprimento	16.646.713		10.669.194	-	-	-	5.977.519
Acções		3.157.878	-	-	-	-	3.157.878
Elementos de Risco Particularmente Elevado		25.932.354	13.784.391	-	-	-	12.147.963
Outras posições em risco		18.602.386	6.802.107	-	-	-	11.800.279
<b>Total do método padrão</b>	<b>16.646.713</b>	<b>219.566.175</b>	<b>32.518.444</b>	-	<b>5.569.067</b>	<b>329.327</b>	<b>203.694.445</b>
<b>Total</b>	<b>16.646.713</b>	<b>219.566.175</b>	<b>32.518.444</b>	-	<b>5.569.067</b>	<b>329.327</b>	<b>203.694.445</b>
Das quais: Empréstimos	16.402.525	71.444.094	18.800.822	-	5.569.067	-	69.045.796
Das quais: Títulos de dívida	-	78.435.374	172.479	-	-	-	78.262.895
Das quais: Posições em risco extrapatrimoniais	244.189	8.578.000	329.327	-	-	329.327	8.492.862

Em 31 de dezembro de 2019 a exposição em risco por zona geográfica, apresenta a seguinte desagregação:

Banco Português de Gestão	<u>Valor contabilístico bruto das:</u>		Ajustamentos para risco específico de crédito	Ajustamentos para risco geral de crédito	Anulações acumuladas	Requisitos de ajustamento do risco de crédito no período	Valores líquidos
	Posições em risco em situação de incumprimento	Posições em risco que não se encontram em incumprimento					
	a	b	c	d	e	f	(a+b-c-d)
<b>Zona Euro</b>	<b>12.042.398</b>	<b>208.641.280</b>	<b>28.776.989</b>	<b>-</b>	<b>5.569.067</b>	<b>329.327</b>	<b>191.906.688</b>
Portugal	12.042.398	153.923.754	28.581.012	-	5.569.067	329.327	137.385.140
Itália	-	21.574.966	82.016	-	-	-	21.492.950
Alemanha	-	12.071.192	31.922	-	-	-	12.039.270
Irlanda	-	5.781.849	34.958	-	-	-	5.746.892
Grécia	-	5.718.950	25.740	-	-	-	5.693.210
Brasil	4.604.315	-	3.711.924	-	-	-	892.391
Holanda	-	3.338.892	10.675	-	-	-	3.328.217
República Checa	-	2.732.066	-	-	-	-	2.732.066
Espanha	-	2.579.152	5.780	-	-	-	2.573.372
França	-	2.405.192	3.215	-	-	-	2.401.977
Roménia	-	2.146.028	3.303	-	-	-	2.142.724
Polónia	-	2.143.296	12.250	-	-	-	2.131.045
Rússia	-	1.096.227	2.091	-	-	-	1.094.136
Luxemburgo	-	1.066.342	1.672	-	-	-	1.064.670
Reino Unido	-	1.046.458	5.987	-	-	-	1.040.471
México	-	1.036.617	5.899	-	-	-	1.030.718
USA	-	724.205	-	-	-	-	724.205
Áustria	-	180.991	-	-	-	-	180.991
<b>Fora da Zona Euro</b>	<b>4.604.315</b>	<b>10.924.896</b>	<b>3.741.454</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11.787.757</b>
<b>Total</b>	<b>16.646.713</b>	<b>219.566.175</b>	<b>32.518.444</b>	<b>-</b>	<b>5.569.067</b>	<b>329.327</b>	<b>203.694.445</b>

Em 31 de dezembro de 2019 os prazos de vencimento residual apresentam os seguintes valores:

( em % da posição de risco original)

Classes de Risco	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Mais de 10
	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019
Administrações centrais ou bancos centrais	7,97%	8,95%	4,27%	0,00%
Administrações regionais ou autoridades locais	0,00%	1,21%	0,00%	0,00%
Organismos administrativos e empresas sem fins lucrativos	15,15%	0,00%	0,00%	0,00%
Empresas	14,95%	9,54%	5,15%	0,01%
Carteira de retalho	2,92%	0,00%	0,00%	0,00%
Com garantias de bens imóveis	0,42%	1,94%	0,08%	0,19%
Elementos vencidos	3,37%	1,73%	1,26%	0,69%
Organismos de investimento coletivo (OIC)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Risco elevado	8,39%	0,00%	0,00%	2,58%
Ações	1,34%	0,00%	0,00%	0,00%
Outros elementos	7,88%	0,00%	0,00%	0,00%
	<b>62,39%</b>	<b>23,38%</b>	<b>10,76%</b>	<b>3,46%</b>

## XI – Ativos livres de encargos (artigo 443)

Considerando que o artigo 443.º do no Regulamento (EU) nº 575/2013, CRD IV / CRR, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho, tendo em conta a Recomendação do Comité Europeu do Risco Sistémico, de 20 de dezembro de 2012, relativa ao financiamento das instituições de crédito (CERS/2012/2) e, em especial, a respetiva Recomendação D – Transparência de mercado em matéria de ónus sobre ativos, requer a divulgação de ativos livres de encargos; e

Considerando que, no final de junho de 2014, a Autoridade Bancária Europeia publicou

Orientações relativas à divulgação de ativos onerados e ativos não onerados (EBA/GL/2014/3), tendo em consideração a referida Recomendação D do Comité Europeu do Risco Sistémico.

Considerando que estas Orientações pretendem complementar outras disposições sobre a Divulgação de informação, nomeadamente as que decorrem da aplicação do disposto na IFRS7, tal como adotada pela União Europeia e que a divulgação desta informação é importante para que o mercado conheça o perfil de liquidez e de financiamento das instituições e para que se promova a transparência das instituições de crédito no que respeita à oneração de ativos;

Considerando ainda, a Instrução nº 28 de 2014 de 23 de dezembro do Banco de Portugal, no quadro abaixo é feita a divulgação da informação relativamente aos ónus sobre ativos do Banco Português de Gestão, com referência à data de 31 de dezembro de 2019:

		Quantia escriturada dos ativos onerados	Valor justo dos ativos onerados	Quantia escriturada dos ativos não onerados	Valor justo dos ativos não onerados
		010	040	060	090
010	Ativos da instituição que presta a informação	34.364.051		170.495.344	
030	Instrumentos de capital próprio	-	-	3.166.880	3.166.880
040	Títulos de dívida	34.064.051	33.866.180	49.522.603	49.000.394
120	Outros ativos	300.000		15.420.390	

A oneração de ativos está maioritária e essencialmente relacionada com as necessidades de liquidez e de financiamento, obtidas junto do Banco Central Europeu, e destinam-se ao normal exercício das diversas atividades do Banco.

A oneração de ativos pode ainda ser desencadeada por outros motivos, nomeadamente:

- Pela existência de requisitos legais como é o caso dos ativos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos e ao Sistema de Indemnização de Investidores.
- Pelas necessidades relacionadas com a atividade.



Existe um ativo onerado a favor de uma Instituição de Crédito nacional, que representa o Banco junto da EBA na plataforma de pagamentos SEPA.

Em relação às principais fontes de oneração, divulgam-se as seguintes informações complementares sobre os ónus:

- Financiamentos do Banco Central Europeu

O financiamento obtido junto do Banco Central Europeu e a respetiva colateralização é regulamentada pela Documentação Geral de Política Monetária, transposta para a Instrução nº 3/2005, atualizada pela Instrução nº 1/2016, ambas do Banco de Portugal.

- Compromissos para com o Fundo de Garantia de Depósitos

Os ativos onerados por conta do Fundo de Garantia de Depósitos são regulamentados pela Portaria nº 176/94, de 13 de dezembro e pelo Aviso do Banco de Portugal nº 11/94, de 21 de dezembro.

- Compromissos para com o Sistema de Indemnização aos Investidores

Os ativos onerados por conta do Fundo de Indemnização aos investidores são regulamentados pelo Regulamento nº 2/2000 da CMVM.

## XII – Recurso às ECAI (artigo 444)

O BPG aplica o método padrão para o cálculo dos montantes dos requisitos de fundos próprios para cobertura do risco de crédito. Neste método as posições ponderadas pelo risco são determinados com base nos coeficientes de ponderação definidos no regulamento 575/2013, que se baseiam na classe de risco em que a posição é afeta e de acordo com a sua qualidade de crédito.

O BPG recorre a agências internacionais de notação de risco de crédito, nomeadamente Moody's e DBRS.

As avaliações de crédito, estabelecidas por uma ECAI reconhecida, utilizadas pelo BPG para a obtenção dos respetivos ponderadores de risco seguem as directrizes estabelecidas no artigo 138 da CRR, nomeadamente:

- Quando apenas estiver disponível uma avaliação de crédito, estabelecida por uma ECAI reconhecida, relativamente a uma dada posição em risco, esta avaliação é utilizada para determinar o ponderador de risco aplicável;
- Quando existirem duas avaliações de crédito, estabelecidas por ECAI reconhecidas, com ponderadores de risco diferentes, é aplicado o ponderador de risco mais elevado.

Em 31 de dezembro de 2019 as classes de riscos às quais se recorre a uma ECAI por linha do balanço, são as seguintes:

31/12/2019			
ATIVO	Valor Líquido	Recurso ECAI	Classe Risco
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	17.287.758	Não	Administração central
Disponibilidades em outras instituições de crédito	33.415.520	Sim	Instituições
Ativos financeiros detidos para negociação	11.455.350	Sim	Risco Mercado
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integr	57.278.294	Sim	Ações + Empresas + Instituições + Administração central
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Aplicações em instituições de crédito	300.000	Sim	Instituições
Crédito não representativo de valores mobiliários	38.239.570	Não	Administração regional + Retalho + Empresas + Risco elevado + Elementos vencidos + Garantidos por hipoteca
Outros Créditos e valores a receber - Titulados	30.880.733	Sim	Risco elevado + Empresas + Retalho
Ativos não correntes detidos para venda	7.583.326	Não	Outros ativos
Propriedades de investimento	855.156	Não	Outros ativos
Outros ativos tangíveis	2.252.310	Não	Outros ativos
Ativos intangíveis	452.979	Não	Deduz a Fundos próprios
Ativos por impostos diferidos	1.875.622	Não	Outros ativos
Outros ativos	2.982.777	Não	Outros ativos
Total do Ativo	204.859.395		

Em 31 de dezembro de 2019 o risco de crédito para efeitos do método padrão, apresenta os seguintes valores:

RISCO DE CRÉDITO - MÉTODO PADRÃO										
Posição	Classes de Risco	Ponderadores de Risco								TOTAL
		0%	20%	35%	50%	75%	100%	150%	250%	
<b>1. Posição em risco original</b>	Administrações centrais ou bancos centrais	49.518.174	-	-	-	-	553.371	-	-	50.071.545
	Administrações regionais ou autoridades locais	-	2.863.640	-	-	-	-	-	-	2.863.640
	Organismos administrativos e empresas sem fins lucrativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Instituições	-	33.447.105	-	2.343.386	-	-	-	-	35.790.491
	Empresas	1.736.753	-	-	1.031.821	-	67.263.791	-	-	70.032.365
	Carteira de retalho	-	-	-	-	6.873.971	29.196	-	-	6.903.167
	Com garantias de bens imóveis	-	-	573.013	5.556.066	-	83.270	-	-	6.212.350
	Elementos vencidos	-	-	-	-	-	12.029.983	4.616.731	-	16.646.713
	Ações	-	161.882	-	-	-	2.995.996	-	-	3.157.878
	Risco elevado	-	-	-	-	-	-	25.932.354	-	25.932.354
	Outros elementos	18.221	-	-	-	-	17.986.564	-	597.601	18.602.386
<b>TOTAL posições em risco original:</b>		<b>51.273.147</b>	<b>36.472.626</b>	<b>573.013</b>	<b>8.931.274</b>	<b>6.873.971</b>	<b>100.942.170</b>	<b>30.549.085</b>	<b>597.601</b>	<b>236.212.889</b>
<b>2. Posição em risco ponderadas</b>	Administrações centrais ou bancos centrais	-	-	-	-	-	553.371	-	-	553.371
	Administrações regionais ou autoridades locais	-	572.728	-	-	-	-	-	-	572.728
	Organismos administrativos e empresas sem fins lucrativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Instituições	-	6.689.421	-	1.171.693	-	-	-	-	7.861.114
	Empresas	-	-	-	515.911	-	54.979.253	-	-	55.495.164
	Carteira de retalho	-	-	-	-	3.914.782	29.196	-	-	3.943.978
	Com garantias de bens imóveis	-	-	200.555	2.904.135	-	83.270	-	-	3.187.960
	Elementos vencidos	-	-	-	-	-	1.417.565	4.739.932	-	6.157.496
	Ações	-	32.376	-	-	-	2.995.996	-	-	3.028.372
	Risco elevado	-	-	-	-	-	-	18.016.378	-	18.016.378
	Outros elementos	-	-	-	-	-	11.184.457	-	1.494.003	12.678.460
<b>TOTAL posições em risco ponderadas:</b>		<b>-</b>	<b>7.294.525</b>	<b>200.555</b>	<b>4.591.739</b>	<b>3.914.782</b>	<b>70.689.737</b>	<b>-</b>	<b>1.494.003</b>	<b>111.495.021</b>

## XIII – Exposição a risco de mercado (artigo 445)

O conceito de risco de mercado reflete a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxa de juro e de câmbio. e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem. Para efeitos de análise de

rendibilidades e da quantificação e controlo dos riscos, a carteira de negociação caracteriza-se por posições detidas pelo Grupo cujo objetivo é a obtenção de ganhos a curto prazo, através da venda ou reavaliação.

Em 31 de dezembro de 2019 as posições ponderadas pelo risco (RWA) e os requisitos de fundos próprios para risco de mercado, apresenta os seguintes valores:

	31/12/2019	
	Requisitos fundos próprios	RWA
<b>TOTAL</b>	<b>965.310</b>	<b>12.066.371</b>
Risco Específico	751.371	9.392.131
Risco Geral	211.058	2.638.231
Organismos de Investimento Coletivo	2.881	36.009
Risco cambial	-	-
Risco de liquidação	-	-
Risco sobre mercadorias	-	-
Grandes riscos*	-	-

\*que excedam os limites especificados nos art. 395 a 401

## XIV – Risco operacional (artigo 446)

O risco operacional, definido como sendo o risco de incorrer em prejuízos financeiros resultantes de deficiências na definição ou execução de procedimentos, falhas nos sistemas de informação ou como consequência de fatores externos, é inerente às atividades de todas as instituições financeiras.

O Banco Português de Gestão utiliza o método do Indicador Básico de acordo com o artigo 315º da CRR, para cálculo de requisitos de fundos próprios para cobertura de risco operacional.

Os elementos contabilísticos considerados para cálculo do indicador relevante são os definidos no artigo 316º da CRR e correspondem às seguintes categorias contabilísticas respeitantes à conta de ganhos e perdas do Banco Português de Gestão:

**Elementos Contabilísticos - Indicador Relevante**

(+)	Receitas de Juros e Proveitos Equiparados
(-)	Encargos com Juros e Custos Equiparados
(+)	Receitas de Ações e Outros Títulos de Rendimento Variável/Fixo
(+)	Comissões Recebidas
(-)	Comissões Pagas
(+)/(-)	Resultado Proveniente de Operações Financeiras
(+)	Outros Proveitos de Exploração

Os valores apurados para efeitos do método do indicado básico são os seguintes:

	<b>Risco Operacional</b>	
	2019	2018
Metódo do indicador básico	3.699.018	6.634.697

## XV – Posições em risco sobre ações não incluídas na carteira de negociação (artigo 447)

Em 31 de Dezembro de 2019, o Banco detinha as seguintes ações na sua carteira bancária:

Outros ativos financeiros justo valor através outro rendimento integral	Quantidade	Custo de aquisição	Valor balanço (Justo valor / Valor mercado)	Reserva Reavaliação
<b>Instrumentos de capital</b>				
<b>Ao justo valor</b>				
<b>Ações</b>				
Aegon	38.095	180.189	154.932	-25.257
Bmw	2.570	180.890	187.970	7.080
Deutsche euroshop	6.735	180.168	177.939	-2.230
Enel spa	26.300	180.287	185.994	5.707
Eni s.p.a.	11.950	180.679	165.460	-15.220
Enterprise products partners	7.200	180.288	183.240	2.952
Totalfinaelf	3.610	180.176	177.612	-2.564
Orange	13.230	179.664	173.578	-6.086
Ibm corp gdr	1.495	180.177	181.119	942
Inp gy gdr	4.400	178.134	179.762	1.628
Altria group	4.000	178.800	179.460	660
Royal dutch shell	6.350	179.510	166.148	-13.363
Repsol ypf	11.800	180.436	164.374	-16.062
Repsol direitos 12/2019	11.800	0	4.991	4.991
Banco santander s.a.	43.400	179.850	161.882	-17.968
Siemens ag	1.750	181.475	203.945	22.470
Telefonica	23.565	180.214	146.739	-33.475
Uniq insurance group	19.900	180.095	180.991	896
Exxon mobil corp	2.900	180.890	181.743	853
		<b>3.241.923</b>	<b>3.157.878</b>	<b>-84.045</b>

Estas posições enquadram-se no modelo de negócio IFRS9 OCI (Other Comprehensive Income) – Ações para Dividendo, sendo detidas com o objetivo principal de receber dividendos.

Estes ativos são valorizados ao justo valor através de outro rendimento integral, correspondendo o seu justo valor a preços de mercado.

Do ponto de vista estratégico, a carteira é composta por ações líquidas, transacionadas em mercados europeus regulamentados, com baixa volatilidade e elevada “dividend yield” (superior a 2.5%).

As posições desta carteira por setor apresentam o seguinte detalhe:

<b>Setor</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Peso %</b>
Comunicação	2	10,2
Consumo Cíclico	1	6,0
Consumo Não Cíclico	1	5,7
Energia	7	32,9
Financeiro	3	15,9
Industrial	1	6,5
Tecnologia	1	5,7
Materiais	1	5,7
Imobiliário	1	5,6
Utilities	1	5,9
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>100,0</b>

O montante dos ganhos e perdas realizados e não realizados com referência ao exercício de 2019, apresenta o seguinte detalhe:

	<b>Reserva Reavaliação</b>
Ganhos e perdas realizados em 2019	119.029
Ganhos e perdas não realizados	-84.045
Imposto diferido	18.910
Contributo para fundos próprios base	<b>53.894</b>

## **XVI – Exposição ao risco de taxa de juro sobre posições não incluídas na carteira de negociação (artigo 448)**

Para efeitos da mensuração do risco de taxa de juro sobre posições não incluídas na carteira de negociação, o Banco calcula com periodicidade semestral, os impactos no valor económico e na

margem financeira esperada a 1 ano (resultados em risco), resultante da aplicação dos cenários de choques de taxas de juro (teste de outlier), previstos na instrução nº 3/2020 do Banco de Portugal e nas orientações da Autoridade Bancária Europeia (EBA/GL/2018/02). Com periodicidade trimestral calcula os impactos no valor económico e na margem financeira a 1 ano, resultante do cenário standard que consiste na aplicação do choque de 200 pontos base ao longo da curva de rendimentos pressupondo um deslocamento paralelo da mesma de acordo com a metodologia proposta na instrução 19/2005 do Banco de Portugal.

Enquanto que a medida referente ao valor económico pretende avaliar os impactos de alterações nas taxas de juro nos resultados e no valor económico do capital próprio do Banco, a medida referente ao resultado em risco pretende avaliar os impactos que as alterações das taxas de juro têm sobre a margem financeira e os rendimentos e encargos de comissões (margem complementar) no espaço temporal de 1 ano.

A metodologia adotada pelo Banco na mensuração do Risco de Taxa de Juro sobre a Carteira Bancária, assume uma abordagem de natureza estática (posições em balanço na data de análise) em que não existe lugar a assunção de pressupostos relativamente à maturidade das operações em curso (assume a maturação das operações, sendo que as mesmas não são repostas – balanço run-off). De igual forma também não são consideradas a possibilidade de exercício de opções de liquidação antecipada, quer dos ativos quer dos passivos sensíveis a flutuações de taxa de juro. No caso concreto dos produtos/instrumentos financeiros sem maturidade contratual definida, derivados e outros produtos extrapatrimoniais foram assumidos pressupostos sobre a maturação dessas operações de forma distinta consoante o tipo de produto e/ou características intrínsecas das carteiras do Banco.

Nos quadros abaixo apresenta-se o impacto sobre a carteira bancária, segmentado por tipo de ativo/passivo, tanto ao nível do valor económico do capital próprio (quadro A) como nos resultados da margem financeira esperada a 1 ano (quadro B):

**Quadro A** - Resultados <sup>(\*)1</sup> obtidos no valor económico do capital próprio do Banco com referência a 31 de dezembro de 2019

Banco Português de Gestão	Cenários:					
	<i>Parallel shock up</i>	<i>Parallel shock down</i>	<i>Steeper shock</i>	<i>Flattener shock</i>	<i>Short rate shock up</i>	<i>Short rate shock down</i>
<b>ATIVO</b>						
Empréstimo e Adiantamentos	(1 295 345)	793 542	103 777	(373 023)	(782 210)	585 027
Títulos de Dívida	(4 128 811)	1 561 417	(414 401)	(247 894)	(1 510 382)	1 237 229
Outros	(959)	286	286	(910)	(1 149)	286
<b>Sub Total - Ativo</b>	<b>(5 425 115)</b>	<b>2 355 244</b>	<b>(310 338)</b>	<b>(621 827)</b>	<b>(2 293 741)</b>	<b>1 822 542</b>
<b>PASSÍVO</b>						
Títulos de Dívida Emitidos	571 722	(217 582)	120 782	(29 048)	150 320	(107 437)
Depósitos com Maturidade Definida	1 864 181	(622 699)	(600 139)	1 306 387	1 788 615	(622 699)
Outros	-	-	-	-	-	-
<b>Sub Total - Passivo</b>	<b>2 435 903</b>	<b>(840 281)</b>	<b>(479 357)</b>	<b>1 277 339</b>	<b>1 938 936</b>	<b>(730 136)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>(2 989 212)</b>	<b>1 514 963</b>	<b>(789 695)</b>	<b>655 512</b>	<b>(354 805)</b>	<b>1 092 406</b>

<sup>\*1</sup> - Os resultados apresentados não contemplam, efeito benéfico da cobertura por derivados de taxa de juro. Constituem assim cenários *worst case*

**Quadro B - Resultados** <sup>(\*)1</sup> obtidos na margem financeira esperada a 1 ano com referência a 31 de dezembro de 2019

Banco Português de Gestão	Cenários:					
	<i>Parallel shock up</i>	<i>Parallel shock down</i>	<i>Steepener shock</i>	<i>Flattener shock</i>	<i>Short rate shock up</i>	<i>Short rate shock down</i>
<b>ATIVO</b>						
Empréstimo e Adiantamentos	214 046	(13 752)	(13 752)	129 233	193 303	(13 752)
Títulos de Dívida	124 889	(22 381)	17 656	8 831	40 385	(21 139)
Outros	-	-	-	-	-	-
<b>Sub Total - Ativo</b>	<b>338 935</b>	<b>(36 133)</b>	<b>3 904</b>	<b>138 064</b>	<b>233 689</b>	<b>(34 892)</b>
<b>PASSÍVO</b>						
Títulos de Dívida Emitidos	-	-	-	-	-	-
Depósitos com Maturidade Definida	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
<b>Sub Total - Passivo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>	<b>338 935</b>	<b>(36 133)</b>	<b>3 904</b>	<b>138 064</b>	<b>233 689</b>	<b>(34 892)</b>

\*1 - Os resultados apresentados não contemplam, efeito benéfico da cobertura por derivados de taxa de juro. Constituem assim cenários worst case

Os cenários de variação de taxas de juro são diferenciados por forma a permitir a captação de impactos mediante choques paralelos e/ou assimétricos na curva de rendimentos utilizada. Os referidos choques são aplicados de forma distinta (e de acordo com o cenário) para o horizonte temporal de curto/longo prazo (c/prazo até 3 anos; m/prazo entre 3 e 5 anos; l/prazo superior a 5 anos). Mais concretamente, são definidos os seguintes cenários de taxas de juro:

- *Parallel shock up*: Subida paralela da curva de rendimentos por moeda;
- *Parallel shock down*: Descida paralela da curva de rendimentos por moeda;
- *Steepener shock*: Aumento do declive da curva de rendimentos, através de uma descida das taxas de juro a curto prazo e da subida das taxas de juro a longo prazo;
- *Flattener shock*: Diminuição do declive da curva de rendimentos, através de uma subida das taxas de juro a curto prazo e da descida das taxas de juro a longo prazo;
- *Short rate shock up*: Subida das taxas de juro a curto prazo, onde o choque máximo é atribuído ao prazo temporal mais curto, diminuindo até zero no prazo temporal mais longo;
- *Short rate shock down*: Descida das taxas de juro a curto prazo, onde o choque máximo é atribuído ao prazo temporal mais curto, diminuindo até zero no prazo temporal mais longo.

## XVII – Risco associado a posições de titularização (artigo 449)

Em 31 de Dezembro de 2018, não se aplica ao BPG.

---

## XVIII – Política de remuneração (artigo 450)

As informações disponíveis, respeitantes à política de remunerações, requeridas pelo artigo 450º encontram-se divulgadas no relatório e contas 2019, capítulos “10. Política de remunerações” e “18. Declaração sobre política de remuneração de membros dos órgãos de administração e fiscalização” e, ainda, capítulo “17. Notas às demonstrações financeiras”, mais concretamente, nas “Nota 11. Custos com pessoal” e “Nota 32. Efetivo de trabalhadores”.

Uma vez que o BPG não preenche os critérios (dimensão, organização interna, complexidade das atividades) estabelecidos no Aviso 10/2011 do Banco de Portugal, que obrigam à constituição de um Comité ou Comissão de Remunerações, a responsabilidade deste Comité ou Comissão, relativamente à política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, foi atribuída a dois administradores não executivos, o Presidente e o Vice-presidente do Conselho de Administração. Os dois administradores não executivos realizaram uma reunião durante o ano de 2019.

A Assembleia Geral aprovou a 03/09/2019 a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização que se encontra vertida em normativo interno - Ordem de Serviço Nº 10/2019 de 11 de setembro de 2019 e publicada em [www.bpg.pt](http://www.bpg.pt).

No Relatório e Contas 2019 consta ainda, no ponto 18, a Declaração sobre Política de Remuneração de Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização.

Quanto à Política de Remuneração dos Colaboradores (aprovada pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2018), incluindo os designados “Colaboradores em Funções Relevantes”, compete ao Conselho de Administração a sua aprovação e revisão periódica.

Não foram utilizados serviços de consultoria externa para elaborar a Política de Remuneração de Membros de Órgão de Administração e Fiscalização.

Informação adicional sobre a relação entre a remuneração e o desempenho poderá ser encontrada na Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização (publicada em [www.bpg.pt](http://www.bpg.pt)), na Política de Remuneração dos Colaboradores e na nota 11 pontos 11.1, 11.2 e 11.3 do Relatório e Contas 2019.

As características estruturais do sistema de remuneração poderão ser encontradas na Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização (publicada em [www.bpg.pt](http://www.bpg.pt)) e na Política de Remuneração dos Colaboradores (aprovada pelo CA em 27 de março de 2018).



Em 2019 o BPG, não procedeu à atribuição ou pagamento de qualquer remuneração variável.

As informações sobre os critérios de desempenho nos quais se baseiam os direitos a ações, opções ou as componentes variáveis da remuneração poderão ser encontradas na Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização (publicada em [www.bpg.pt](http://www.bpg.pt)) e na Política de Remuneração dos Colaboradores (aprovada pelo CA em 27 de março de 2018).

Os principais parâmetros e fundamentos dos sistemas de prémios anuais e dos outros benefícios não pecuniários poderão ser encontrados na Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização (publicada em [www.bpg.pt](http://www.bpg.pt)) e na Política de Remuneração dos Colaboradores (aprovada pelo CA em 27 de março de 2018).

Os dados quantitativos agregados sobre as remunerações, discriminados por área de atividade estão disponíveis na Nota 11, pontos 11.1 e 11.3, do Relatório e Contas 2019.

O Dr. Mário Patinha Antão renunciou ao cargo de Presidente da Comissão Executiva, com efeitos a partir da data de 1 de abril de 2019. A título de compensação pecuniária pela cessação de funções o BPG pagou ao Dr. Mário Patinha Antão a quantia ilíquida de 32.142,87 € (trinta e dois mil cento e quarenta e dois euros e oitenta e sete cêntimos).

O BPG não registou remunerações iguais ou superiores a 1 milhão de euros no exercício financeiro de 2019.

O BPG cumpre os requisitos estabelecidos no nº 2 do artigo 450º de forma adequada à sua dimensão e organização interna, bem como à natureza, âmbito e complexidade das suas atividades e sem prejuízo do estabelecido no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016.

## XIX – Alavancagem (artigo 451)

O rácio de alavancagem é definido como a proporção do capital de nível 1 (Tier 1), dividido pela medida da exposição, constituída por ativos em balanço e extrapatrimoniais, cuja exposição é calculada de acordo com a respetiva probabilidade de serem convertidos em ativos patrimoniais e considerados após alguns ajustamentos, nomeadamente exposições intragrupo e operações de financiamento através de valores mobiliários (SFT – Securities Financing Transactions).

O rácio de alavancagem é definido como a relação entre a medida de capital nível 1 (no numerador) e a medida de exposição total (no denominador) e pretende limitar o crescimento excessivo do balanço em relação ao capital disponível. O rácio é definido como uma percentagem e o requisito mínimo atual, estipulado pelas normas regulamentares, é de 3% (a vigorar, como nível mínimo obrigatório Pilar I, a partir de 1 de Janeiro de 2018). Em 31 de Dezembro de 2019, o valor do rácio de alavancagem do BPG era de 9,17%, um valor muito superior ao mínimo prudencial.

<b>Rácio de Alavancagem</b>	<b>Valor</b>
Fundos próprios de nível 1	20.250.943
Medida exposição total do rácio de alavancagem	220.907.016
Rácio de alavancagem	<b>9,17%</b>

O rácio de alavancagem é apurado numa base mensal sendo o mesmo acompanhado pelo Conselho de Administração (CA) do BPG. Ao nível do comité de Investimento do Banco, são definidos limites em função dos Capitais Próprios para a carteira própria do banco. Estes limites são acompanhados e verificados pelo Gabinete de Gestão de Risco que reporta ao CA.

Em 31 de dezembro de 2019 a decomposição da exposição total do rácio de alavancagem apresenta o seguinte detalhe:

<b>Detalhe das exposições</b>	<b>31/12/2019</b>
Posições em risco da carteira de negociação	11.455.350
Posições em risco da carteira bancária:	
Posições tratadas como soberanas	52.935.185
Instituições	35.790.491
Garantidas por hipotecas sobre imóveis	6.211.253
Retalho	6.866.540
Empresas	56.993.239
Posições em risco de incumprimento	5.977.519
Outras exposições em risco	28.629.818
<b>Total dos ativos que constam do balanço publicado</b>	<b>204.859.395</b>
Outros ajustamentos	16.047.621
<b>Medidas da exposição total do rácios de alavancagem</b>	<b>220.907.016</b>

## XX – Utilização do método IRB relativamente ao risco de crédito (artigo 452)

O BPG, não calcula os montantes das posições ponderadas pelo risco de acordo com o método IRB.

## XXI – Utilização de técnicas de redução de risco (artigo 453)

A "redução do risco de crédito" é uma técnica utilizada para reduzir o risco de crédito associado a uma ou mais posições em risco que a instituição detenha, sendo as mais comuns a "proteção real de crédito" e a "proteção pessoal de crédito".

A "proteção real de crédito" é uma técnica de redução do risco de crédito em que a redução do risco de crédito sobre a posição em risco de uma instituição resulta do direito dessa instituição – em caso de incumprimento da contraparte ou de ocorrência de outros eventos de crédito especificados relacionados com a contraparte – a liquidar, obter transferência ou posse, reter determinados ativos ou montantes, reduzir o montante da posição em risco ao montante correspondente à diferença entre o montante da posição em risco e o montante de um crédito sobre a instituição, ou substituí-lo por esse montante, enquanto que a "proteção pessoal de crédito" consiste numa técnica de redução do risco de crédito em que a redução do risco de crédito sobre a posição em risco de uma instituição resulta da obrigação assumida por um terceiro de pagar um determinado montante em caso de incumprimento do mutuário ou da ocorrência de outros eventos de crédito especificados;

O Banco utiliza técnicas de redução do risco de crédito com o objetivo de mitigar a exposição a este risco, nomeadamente através de:

- Colaterais financeiros – privilegia-se a utilização de depósitos a prazo, domiciliados junto da própria instituição e na mesma moeda da operação ativa. Mediante análise casuística de cada operação, e da liquidez do colateral envolvido, o Banco pode aceitar outro tipo de colaterais financeiros como por exemplo títulos cotados em mercados principais.
- Hipoteca de ativo imobiliário;
- Garantias prestadas por outras instituições financeiras, entidades públicas, empresas ou pessoais, desde que cumpram com os requisitos estabelecidos internamente.

Não obstante algumas das garantias recebidas possam não ser elegíveis como mitigantes de risco de acordo com o CRR, economicamente reduzem efetivamente o risco de crédito a que o

Banco está exposto. As existências de garantias constituem um fator importante na análise do risco de crédito.

Atualmente o Banco não recorre a instrumentos de derivados de crédito, ao contrário do que se verifica para outras tipologia de riscos, como:

- Risco de taxa de juro;
- Risco de Liquidez;
- Risco de preço;

Para os acima mencionados, o Banco recorre à compra/venda de contratos standardizados, e transacionados com recurso a câmara de compensação, em que o risco de crédito é por inerência mais reduzido do que através do recurso a operações de derivados negociadas over-the-counter.

No comité de ALCO é analisada a distribuição dos ativos e passivos de acordo com os seus prazos de refixação de taxa, bem como os respetivos prazos médios, ponderando-se a possibilidade de reforçar, manter ou reduzir a cobertura, que permita manter os níveis de risco de taxa de juro dentro dos limites internos e regulamentares estabelecidos.

Também neste comité é analisada a concentração de ativos e passivos por moeda, fazendo-se análise idêntica sobre a cobertura cambial.

O seguinte quadro demonstra o montante contabilístico das posições em risco não cobertas por qualquer técnica de mitigação. Por oposição apresentam-se também as exposições para as quais são utilizadas técnicas de mitigação de risco (CRM), bem como as concentrações por país e moeda por tipo de cobertura utilizada.

Banco Português de Gestão	Posições em risco não cobertas – Montante contabilístico	Posições em risco – Montante contabilístico	Posições em risco cobertas por caução	posições em risco cobertas por garantias financeiras	posições em risco cobertas por derivados de crédito
Total de empréstimos	45 573 313	3 752 178	2 002 178	1 750 000	-
Total de títulos de dívida	78 262 895	-	-	-	-
<b>Total de posições em risco</b>	<b>123 836 208</b>	<b>3 752 178</b>	<b>2 002 178</b>	<b>1 750 000</b>	<b>-</b>
Em situação de incumprimento	-	1 750 000	-	1 750 000	-
<b>Concentração:</b>					
<b>Por país:</b>					
- Portugal		3 752 178	2 002 178	1 750 000	
<b>Por moeda:</b>					
- Euro		3 752 178	2 002 178	1 750 000	
- USD					
- GBP					

Dada a relevância que os créditos com colaterais, nomeadamente colaterais imóveis, assumem na carteira de crédito, o Banco possui formalmente definidos, procedimentos internos e responsabilidades na sua gestão. Através dos mesmos são definidos os seguintes aspetos:

- Escolha e seleção do avaliador e métodos de avaliação;

- Prazos para reavaliação dos imóveis com base na situação e fim a que se destinam;
- Informação obrigatória a constar dos relatórios de avaliação entregues ao Banco pelo perito avaliador;

Para além dos aspetos acima mencionados encontram-se ainda estabelecidas as responsabilidades em matéria de solicitação, aprovação e carregamento de garantias/colaterais.